

SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

CÓDIGOS FISCAIS E OUTRA LEGISLAÇÃO FUNDAMENTAL

17.^a edição
SETEMBRO
2020

Atualizações online
www.areaseditora.pt

Índice geral

Índice cronológico

Índice sistemático em cada diploma

- 1 - Princípios, Procedimentos e Contencioso Tributários
 - 1.1 - Constituição da República Portuguesa (CRP)
 - 1.2 - Lei Geral Tributária (LGT)
 - 1.3 - Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)
 - 1.4 - Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)
 - 1.5 - Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA)
 - 1.6 - Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária (RJAT)
 - 1.7 - Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF)
- 2 - Impostos sobre o Rendimento
 - 2.1 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS)
 - 2.2 - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)
- 3 - Impostos sobre o Consumo
 - 3.1 - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA)
 - 3.2 - Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)
(Alterado e republicado)
 - 3.3 - Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC)
- 4 - Impostos sobre o Património e outros
 - 4.1 - Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis (CIMI)
 - 4.2 - Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT)
 - 4.3 - Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo)
 - 4.4 - Código do Imposto sobre Veículos (CISV)
 - 4.5 - Código do Imposto Único de Circulação (CIUC)
 - 4.6 - Regulamentos das Contribuições Especiais (RCE)
 - 4.7 - Imposto Especial de Jogo (IEJ)
e Imposto Especial de Jogo *Online* (IEJO)
 - 4.8 - Regimes da Contribuição e do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário *(Novo)*
 - 4.9 - Regime da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético
 - 4.10 - Regimes das Contribuições Extraordinárias sobre a Indústria Farmacêutica e os Fornecedores do SNS de Dispositivos Médicos *(Novo)*
 - 4.11 - Reforma da Fiscalidade Verde, Incentivo pela Introdução no Consumo de Veículo de Baixas Emissões e Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves
- 5 - Estatuto dos Benefícios Fiscais e outros
 - 5.1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)
 - 5.2 - Código Fiscal do Investimento (CFI)
- 6 - Regiões Autónomas e Autarquias Locais
 - 6.1 - Lei das Finanças das Regiões Autónomas
 - 6.2 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. dos Açores
 - 6.3 - Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à R. A. da Madeira
 - 6.4 - Regime Financeiro das Autarquias Locais, taxas de Derrama, participação variável no IRS e taxas de IMI por município
- 7 - Legislação Complementar *(Já inclui: Medidas fiscais da Covid-19; Comunicação à AT de mecanismos fiscais; Regimes IVA no comércio eletrónico)*

Compilação organizada por

José Manuel Martins Marreiros

JOSÉ MANUEL MARTINS MARREIROS

Especialista em Fiscalidade reconhecido pelo ISCAL/IPL, mestrado em Gestão de Empresas com especialização em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira pela UAL (parte escolar), pós-graduação em Fiscalidade pelo ISG, licenciatura em Economia pela ULHT e licenciatura em Contabilidade e Administração com especialização em Auditoria pelo ISCAL. Frequentou o curso e obteve a certificação de aptidão pedagógica de formador (CAP) pelo IEFP.

Economista assessor principal do quadro de pessoal técnico superior da inspeção da Autoridade Tributária e Aduaneira, exerce funções no Gabinete do Subdiretor-Geral do IVA. Anteriormente exerceu funções na área da justiça tributária, em matérias de direito fiscal internacional, bem como na Unidade dos Grandes Contribuintes e, em comissão de serviço, na Direção de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais.

Professor Adjunto Convidado do ISCAL, em regime de acumulação e a tempo parcial, tem lecionado as unidades curriculares de *Direito Fiscal Internacional*, *Planeamento Fiscal*, *Sistema Fiscal Português*, *Gestão Fiscal Internacional*, *Fiscalidade Empresarial* e *Fiscalidade Indireta*. Enquanto Assistente Convidado do ISGB lecionou as unidades curriculares de *Fiscalidade e Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*.

Foi assessor do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais no XVII Governo Constitucional.

Na ex-Direção-Geral dos Impostos exerceu, entre outras, as funções de chefe da Divisão de Administração do IRS, formador do Centro de Formação, coordenador da troca de informação na área das relações fiscais internacionais, membro do gabinete de apoio jurídico-económico, membro do núcleo de auditoria interna e controlo de qualidade, vogal nas comissões de revisão da matéria tributável, chefe de equipas de inspeção tributária, inspetor tributário, perito de fiscalização e liquidador tributário.

Livros publicados:

- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental, nove edições de 2013 a 2020, Áreas Editora*

Em coautoria

- *Manual de Fiscalidade*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Manual de Fiscalidade dos Produtos Bancários e Financeiros*, edições anuais do ISGB/APB para uso exclusivo dos alunos;
- *Sistema Fiscal Português - Códigos Fiscais e outra Legislação Fundamental*, oito edições de 2005 a 2012, Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IVA*, três edições de 2000 a 2005 e reimpressão em 2007, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Exercícios Práticos Resolvidos de IRS*, edição de 2001, Vislis Editores;
- *Impostos sobre o Rendimento (IRS-IRC-EBF)*, oito edições de 1998 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora;
- *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA-RITI)*, oito edições de 1997 a 2004, Vislis Editores e Áreas Editora.



NOTA PRÉVIA

O presente livro foi elaborado de modo a compilar num só volume a legislação dos impostos que constituem o sistema fiscal português.

Tem como destinatários os profissionais, professores e estudantes do ramo do direito fiscal, apresentando-se com uma organização e um formato que permitem o seu fácil manuseamento.

Está dividido em sete pontos: Princípios, procedimentos e contencioso tributários [1], Impostos sobre o rendimento [2], Impostos sobre o consumo [3], Impostos sobre o património e outros considerados híbridos [4], Estatuto dos benefícios fiscais e outros [5], Regiões autónomas e autarquias locais [6] e Legislação complementar inserida por ordem cronológica [7]. Outra legislação complementar, quadros resumo e fórmulas de cálculo encontram-se inseridos em notas a artigos de diversos diplomas por motivo de ordem prática, nomeadamente, a sua relação direta com o assunto do artigo em causa, a sua especificidade e a consulta em simultâneo.

Contém um índice geral e um índice cronológico, bem como um índice sistemático no início de cada diploma, para resumir o seu conteúdo e facilitar a consulta.

Na elaboração do livro foram ainda considerados os seguintes critérios:

- As normas alteradas, em regra, referenciam-se com menção do respetivo diploma e, relativamente às mais recentes, transcreve-se a redação anterior ou a expressão objeto de alteração;
- No caso de republicação de diplomas, apenas se faz menção às normas alteradas subsequentemente à republicação, salvo quando por razões de ordem prática se mostre necessário e viável manter a redação anterior;
- No caso de diplomas com renumeração do articulado, todas as remissões para preceitos na redação anterior consideram-se efetuadas para as disposições correspondentes na nova redação, pelo que, com o intuito de facilitar a perceção dessa correspondência, junto de cada norma remissiva indica-se o artigo novo com a expressão “(atual __)”;
- Nos artigos de alguns diplomas optou-se por criar epígrafes em itálico, não contidas nos textos legais, nos casos em que se considera fundamental a identificação do conteúdo;
- Nas notas em que se referenciam diplomas incluídos no presente livro, indica-se com o símbolo “[_]” o ponto onde estão inseridos e com “p. __” a respetiva página;
- Nas notas em que se referenciam diplomas não incluídos, indica-se o sítio da Internet onde se encontram disponíveis, nomeadamente os que aprovam modelos de declarações fiscais “(disponíveis em www.portaldasfinancas.gov.pt)”;
- Na sequência da criação da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em resultado da fusão da Direção-Geral dos Impostos (DGCI), Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e Direção-Geral de Informática Tributária e Aduaneira (DGITA), a partir de 01/01/2012, quaisquer referências feitas em leis ou documentos às extintas direções-gerais consideram-se como efetuadas à AT;
- É utilizada a grafia do novo Acordo Ortográfico nos títulos, notas do autor e legislação publicada a partir de 01/01/2012, mantendo-se a legislação publicada até 31/12/2011 com a grafia anterior ao referido Acordo.

A presente 17.ª edição encontra-se atualizada a setembro de 2020, incluindo as alterações decorrentes da abundante legislação publicada desde a saída da 16.ª edição de setembro do ano anterior, nomeadamente:

- Alterações da LGT, CPPT, RGIT, CIRS, CIRC, CIVA, CIEC, CIMI, CIMT, CISelo, CISV, CIUC, IEJO, Contribuições Extraordinárias, EBF, CFI, Regime Financeiro das Autarquias Locais e diversos diplomas da Legislação Complementar, pelo Orçamento do Estado e respetivo Orçamento Suplementar para 2020;
- Alterações pelo Orçamento da R.A. dos Açores para 2020;
- Alterações pelo Orçamento R.A. da Madeira e respetivo Orçamento Suplementar da mesma R.A. para 2020;

- Tabelas de retenção na fonte de IRS para 2020 (Continente, Açores e Madeira);
- Alterações do CIVA, estabelecendo mecanismos de autoliquidação do imposto (*reverse charge*) relativamente a certas transmissões de bens de produção silvícola;
- Regime fiscal em sede de IRC aplicável à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores;
- Regulamentação dos termos da ligação funcional entre a GNR e o Ministério das Finanças, com vista ao exercício da missão tributária que lhe está cometida;
- Atualização de dados necessários à aplicação da lei fiscal, nomeadamente, taxa de juros de mora, valor da unidade de conta processual, valor da retribuição mínima mensal garantida, valor do indexante de apoios sociais, valor da pensão mínima do regime geral, valor médio de construção por m², taxas da derrama municipal, percentagens de participação variável no IRS e taxas de IMI por município;
- Aprovação e alteração de modelos declarativos e de outra regulamentação necessária à aplicação de determinadas normas fiscais;
- Diversas medidas fiscais excecionais e temporárias de resposta à pandemia Covid-19, com sucessivas alterações e criação de novas medidas;
- Alterações do CIRC, transpondo parcialmente a Diretiva (UE) 2016/1164, no que respeita às assimetrias híbridas;
- Obrigação de comunicação à AT de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2018/822, incluindo-se as alterações com a transposição da Diretiva (UE) 2020/876;
- Regime fiscal temporário aplicável às entidades organizadoras da competição UEFA *Champions League 2019/2020 Finals*;
- Alteração do CIRS, clarificando o âmbito de aplicação retroativa das normas de tributação de rendimentos de pensões de anos anteriores;
- Alterações do CIVA, RITI e CIEC, relativas à harmonização e simplificação de determinadas regras no sistema do IVA no comércio intracomunitário, transpondo as Diretivas (UE) 2018/1910 e 2019/475;
- Alterações do CIVA, RITI (que é republicado) e legislação complementar, incluindo a aprovação de regimes especiais do IVA aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a pessoas que não sejam sujeitos passivos, efetuem vendas à distância e determinadas transmissões internas de bens, no âmbito do comércio eletrónico, transpondo os arts. 2.º e 3.º da Diretiva (UE) 2017/2455 e a Diretiva (UE) 2019/1995;
- Atualização da tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação internacional, incluindo o despacho que aprova os novos formulários de modelos 21-RFI a 24-RFI para efeitos da sua aplicação;
- Coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis em 2020;
- Alteração da Lista II anexa ao CIVA, relativamente à taxa de IVA aplicável aos fornecimentos de eletricidade.

Importa referir que as notas, quadros resumo, fórmulas de cálculo, epígrafes em artigos de diplomas cujos textos legais não as preveem e outras inovações, apresentados em caracteres diferenciadores – *itálico* – e que não sejam a transcrição de diplomas legais ou de instruções divulgadas, são da autoria e inteira responsabilidade do autor, podendo o seu conteúdo não coincidir com a posição oficial, pelo que não dispensam a leitura dos diplomas originais.

Sempre que ocorram alterações legislativas serão elaboradas atualizações (com indicação das páginas do livro onde devem ser inseridas), a disponibilizar para consulta e impressão até à próxima edição no sítio:

www.areaseditora.pt.

O rigor colocado na elaboração deste livro não invalida que possa conter eventuais gralhas ou incorreções. Agradece-se, desde já, a amabilidade de nos enviar críticas e sugestões, podendo fazê-lo para o endereço:

josemarreiros.sfp@gmail.com.

Lisboa, 28 de setembro de 2020.

ÍNDICE GERAL (*)

	Página		Página
ÍNDICE CRONOLÓGICO	15	4.5 – CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO (CIUC)	
		– Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho	470
1 – PRINCÍPIOS, PROCEDIMENTOS E CONTENCIOSO TRIBUTÁRIOS		4.6 – REGULAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	
1.1 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP)		4.6.1 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo (RCE)	
– Decreto de 10 de abril de 1976 (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>)	28	– Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março	478
1.2 – LEI GERAL TRIBUTÁRIA (LGT)		4.6.2 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 (RCE)	
– Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro	35	– Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março	481
1.3 – CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO (CPPT)		4.6.3 – Regulamento da contribuição especial devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos (RCE)	
– Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro	63	– Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março	484
– Lei nº 118/2019, de 17 de setembro (<i>Alteração e republicação do CPPT e outros</i>) ..	69	4.7 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ) E IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)	
1.4 – REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS (RGIT)		4.7.1 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO (IEJ)	
– Lei nº 15/2001, de 5 de junho	114	– Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro – Lei do Jogo (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i>)	487
1.5 – REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (RCPITA)		– Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJ</i>)	491
– Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro	135	4.7.2 – IMPOSTO ESPECIAL DE JOGO ONLINE (IEJO)	
1.6 – REGIME JURÍDICO DA ARBITRAGEM EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA (RJAT)		– Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas online (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal – IEJO</i>)	492
– Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de janeiro	146	4.8 – REGIMES DA CONTRIBUIÇÃO E DO ADICIONAL DE SOLIDARIEDADE SOBRE O SETOR BANCÁRIO	
1.7 – ESTATUTO DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS (ETAF)		4.8.1 – Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário	
– Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro	153	– Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 141º	497
– Lei nº 114/2019, de 12 de setembro (<i>Alteração e republicação do ETAF</i>)	154	4.8.2 – Regime do Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário	
2 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO		– Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho – Arts. 18º e 21º	498
2.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (CIRS)		4.9 – REGIME DA CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	
– Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro	167	– Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro – Art. 228º	500
– Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro (<i>Reforma da tributação das pessoas singulares</i>) 170		4.10 – REGIMES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS SOBRE A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E OS FORNECEDORES DO SNS DE DISPOSITIVOS MÉDICOS	
2.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (CIRC)		4.10.1 – Regime da Contribuição Extraordinária sobre a Indústria Farmacêutica	
– Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro	230	– Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 168º	507
– Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho	233	4.10.2 – Regime da Contribuição Extraordinária dos Fornecedores do SNS de Dispositivos Médicos	
– Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro (<i>Reforma da tributação das sociedades</i>)	234	– Lei nº 2/2020, de 31 de março – Artigo 375º	508
3 – IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO		4.11 – REFORMA DA FISCALIDADE VERDE, INCENTIVO PELA INTRODUÇÃO NO CONSUMO DE VEÍCULOS DE BAIXAS EMISSÕES E CONTRIBUIÇÃO SOBRE OS SACOS DE PLÁSTICO LEVES	
3.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (CIVA)		– Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro	509
– Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro	301	5 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E OUTROS	
3.2 – REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS (RITI)		5.1 – ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF)	
– Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro	350	– Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho	515
3.3 – CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (CIEC)		5.2 – CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO (CFI)	
– Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho	361	– Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro	555
4 – IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO E OUTROS		– Regulamentação: Portarias nº 282/2014, de 30/12, nº 94/2015, de 23/03, e nº 297/2015, de 21/09	565/566/567
4.1 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI)			
– Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro	389		
4.2 – CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (CIMI)			
– Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro	423		
4.3 – CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO E TABELA GERAL (CISelo e TGISelo)			
– Lei nº 150/99, de 11 de setembro	435		
4.4 – CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS (CISV)			
– Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho	452		

(*) Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.

Página	Página
6 – REGIÕES AUTÓNOMAS E AUTARQUIAS LOCAIS	
6.1 – LEI DAS FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS <i>(Artigos relacionados com o sistema fiscal)</i>	Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos ; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuadas pelos produtores. – Decreto-Lei n° 122/88, de 20 de abril – Arts. 9° e 10° 619
– Lei Orgânica n° 2/2013, de 2 de setembro 571	
6.2 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC – Decreto-Lei n° 492/88, de 30 de dezembro 620
6.2.1 – Taxas de IRS, IRC, IVA e IEC, deduções à coleta e benefícios fiscais na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n° 2/99/A, de 20 de janeiro ... 576	Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens – Decreto-Lei n° 31/89, de 25 de janeiro 626
6.2.2 – Derrama regional na R. A. dos Açores – Decreto Legislativo Regional n° 21/2016/A, de 17 de outubro 579	Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas – Decreto-Lei n° 20/90, de 13 de janeiro 634
6.2.3 – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na R. A. dos Açores – Decreto Regulamentar Regional n° 9/2014/A, de 27 de junho 581	Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>) – Decreto-Lei n° 198/90, de 19 de junho – Art. 6° 636
6.3 – ADAPTAÇÃO DO SISTEMA FISCAL NACIONAL À REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	Regime jurídico da cobrança do IVA e do pagamento dos reembolsos – Decreto-Lei n° 229/95, de 11 de setembro 637
6.3.1 – Taxas de IRS na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional n° 3/2001/M, de 22 de fevereiro 585	Regime especial de tributação em IVA dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades – Decreto-Lei n° 199/96, de 18 de outubro 639
6.3.2 – Taxas de IRC na R.A. da Madeira e Derrama Regional – Decreto Legislativo Regional n° 2/2001/M, de 20 de fevereiro 586 – Decreto Legislativo Regional n° 14/2010/M, de 5 de agosto 588	Regime fiscal específico das sociedades desportivas – Lei n° 103/97, de 13 de setembro 642
6.3.3 – Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário na R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional n° 2/2011/M, de 10 de janeiro 589	Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil <i>(Regime excecional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI)</i> – Decreto-Lei n° 14/98, de 28 de janeiro 643
6.3.4 – Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) – Decreto Legislativo Regional n° 24/2016/M, de 28 de junho 591 – Decreto Regulamentar Regional n° 2/2017/M, de 23 de fevereiro 592	Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos – Decreto-Lei n° 29/98, de 11 de fevereiro 644
6.3.5 – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R.A. da Madeira – Decreto Legislativo Regional n° 18/2014/M, de 31 de dezembro 600	Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (<i>Normas fiscais</i>) – Lei n° 35/98, de 18 de julho 649
6.4 – REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, TAXAS DE DERRAMA, PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS E TAXAS DE IMI POR MUNICÍPIO	Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Decreto-Lei n° 6/99, de 8 de janeiro 650
Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – Lei n° 73/2013, de 3 de setembro (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) 602	Condições de emissão e atribuição de vales sociais (<i>Vales infância e vales educação</i>) – Decreto-Lei n° 26/99, de 28 de janeiro 651
Taxas de Derrama por município <i>(Lançadas nos termos do art. 18° da Lei n° 73/2013, de 03/09)</i> 608	Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) – Lei n° 22/99, de 21 de abril – Arts. 3° e 9° 652
Participação variável no IRS por município (<i>Fixada e dedução à coleta nos termos do art. 26° da Lei n° 73/2013, de 03/09</i>) 611	Regime da tesouraria do Estado – Decreto-Lei n° 191/99, de 5 de junho 653
Taxas de IMI para prédios urbanos por município <i>(Fixadas nos termos dos n°s 5 e 18 do art. 112° e art. 112°-A do CIMI)</i> 613	Pessoas coletivas de utilidade pública (<i>Isenções</i>) – Lei n° 151/99, de 14 de setembro 658
7 – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (inserida por ordem cronológica)	
Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos – Decreto-Lei n° 221/85, de 3 de julho 615	Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento – Decreto-Lei n° 362/99, de 16 de setembro 659
Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados – Decreto-Lei n° 346/85, de 23 de agosto 616	Lei da liberdade religiosa (<i>Normas fiscais</i>) – Lei n° 16/2001, de 22 de junho 661
Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais – Decreto-Lei n° 143/86, de 16 de junho (<i>Regulamentação do art. 14°, n° 1, alínea l), do CIVA</i>) 617 – Decreto-Lei n° 185/86, de 14 de julho (<i>Regulamentação do art. 14°, n° 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>) 618	Regime fiscal das operações de titularização de créditos – Decreto-Lei n° 219/2001, de 4 de agosto 662
Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas, sem carácter comercial, expedidas de um país terceiro – Decreto-Lei n° 398/86, de 26 de dezembro 619	Preços de transferência (<i>Regulamentação do n° 15 do art. 63° CIRC</i>) – Portaria n° 1 446-C/2001, de 21 de dezembro 664
	Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (<i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21° do EBF</i>) – Decreto-Lei n° 158/2002, de 2 de julho 669
	Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais <i>(Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal)</i> – Lei n° 19/2003, de 20 de junho 673

	Página		Página
Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho	675	Sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal (NIF) – Decreto-Lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro	737
Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraísos fiscais – Regulamentação do n.º 1 do art. 63.º-D da LGT</i>) – Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro	683	Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT – Decreto-Lei n.º 21/2013, de 15 de fevereiro	742
Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título XIII – Benefícios emolumentares e fiscais</i>), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março	684	Regime de IVA de caixa – Decreto-Lei n.º 71/2013, de 30 de maio	743
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 (<i>Normas fiscais</i>), aprovada pela Res. da A. R. n.º 74/2004 e ratificada pelo Dec. do Presidente da República n.º 80/2004, de 16/11	685	Sorteio «Fatura da Sorte» – Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de fevereiro	746
Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro	686	Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos – Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto	748
Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal – Portaria n.º 1 339/2005, de 30 de dezembro	691	Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade – Decreto-Lei n.º 158/2014, de 24 de outubro	753
Informação Empresarial Simplificada (IES) – Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro	692	Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT (<i>Regulamentação prevista no n.º 3 do art. 75.º-A do CIRC</i>) – Portaria n.º 275/2014, de 26 de dezembro	756
Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos n.ºs 4 a 6 do art. 12.º CIVA</i>) – Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de janeiro	698	Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas (<i>Regulamentação do n.º 2 do art. 60.º do CISelo e alíneas a) e b) do n.º 5 do art. 115.º do CIRS</i>) – Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março	757
Ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) (<i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 321-A/ 2007, de 26 de março	700	Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças (<i>Regulamentação da alínea a) do n.º 1 do art. 115.º do CIRS</i>) – Portaria n.º 338/2015, de 8 de outubro	759
Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (<i>Regulamentação do n.º 10 do art. 138.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 620-A/ 2008, de 16 de julho	702	Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento – Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro	760
Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102.º a 105.º	705	Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) – Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro	762
Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros – Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro – Art. 116.º	707	Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal (<i>Taxfree – Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i>) – Decreto-Lei n.º 19/2017, de 14 de fevereiro	764
Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso – Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto	709	Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (<i>Regulamentação prevista no n.º 4 do art. 41.º-B do EBF</i>) – Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho	767
Regime das depreciações e amortizações (<i>Regulamentação do n.º 1 do art. 31.º do CIRC</i>) – Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro	712	Restituição de IVA às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, às instituições particulares de solidariedade social, às entidades sem fins lucrativos do sistema nacional de ciência e tecnologia e ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho	768
Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (<i>Regulamentação do n.º 9 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 363/2010, de 23 de junho	723	Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) (<i>Regulamentação do n.º 8 do art. 123.º do CIRC</i>) – Portaria n.º 293/2017, de 2 de outubro	770
Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22.º do CIVA</i>) – Despacho Normativo n.º 18-A/2010, de 1 de julho	725	Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017– Decreto-Lei n.º 141/2017, de 14 de novembro	771
Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT – Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto	726	Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário (<i>Desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i>) – Decreto-Lei n.º 81/2018, de 15 de outubro	773
Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” – Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro	730		
Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português – Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20 de dezembro	731		

	Página
Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado – Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro	775
Modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos – Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro	780
Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA – Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro	782
Programa de Arrendamento Acessível - Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais – Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio	790
Regime fiscal aplicável às competições <i>UEFA Nations League Finals 2019</i> e <i>UEFA Super Cup Final 2020</i> – Lei n.º 38/2019, de 4 de junho	792
Mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da União Europeia em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos (<i>Transposição da Diretiva (UE) n.º 2017/1852 para a ordem jurídica interna</i>) – Lei n.º 120/2019, de 19 de setembro	793
Tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões, auferidas por titulares residentes em território português – <i>Versão unificada dos despachos e tabelas para residentes no Continente, R.A. dos Açores e R.A. da Madeira - 2020</i>	800
Medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia COVID-19, relacionadas com o sistema fiscal – Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março	807
– Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março	809
Regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença Covid-19 – Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março	810
Isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à Covid-19 e taxa reduzida de IVA na aquisição de máscaras de proteção respiratória e gel desinfetante cutâneo – Lei n.º 13/2020, de 7 de maio	813
Obrigação de comunicação à AT de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal – Lei n.º 26/2020, de 21 de julho	816
Regime especial de transmissão de prejuízos fiscais aplicável aos adquirentes de entidades consideradas empresas em dificuldade – Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 15º	821
Crédito fiscal extraordinário ao investimento II (CFEI II) – Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 16º	822
Regime excecional de pagamento em prestações para dívidas tributárias e dívidas à segurança social – Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 17º	823
Medidas fiscais de apoio às micro, pequenas e médias empresas no quadro da resposta ao novo coronavírus SARS-CoV-2 e à Covid-19 – Lei n.º 29/2020, de 31 de julho	824
Restituição do montante equivalente ao IVA relativo a diversas iniciativas – Decreto-Lei n.º 54/2020, de 11 de agosto	825
Regime fiscal temporário das entidades organizadoras da competição <i>UEFA Champions League 2019/2020 Finals</i> – Lei n.º 43/2020, de 18 de agosto	827
Regimes especiais do IVA aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a pessoas que não sejam sujeitos passivos, efetuem vendas à distância e determinadas transmissões internas de bens – Lei n.º 47/2020, de 24 de agosto	828
Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (<i>IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar</i>) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e <i>royalties</i> (<i>Atualizada até 28/09/2020</i>)	833

**OUTRA LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR,
QUADROS RESUMO E FÓRMULAS DE CÁLCULO,
EM NOTAS A ARTIGOS DE DIVERSOS DIPLOMAS
(inseridos por ordem sistemática dos artigos)**

Em notas a artigos da LGT [1.2]

Decreto-Lei n.º 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2]	39
Disposições transitórias relativas a procedimentos para completar a criação de caixa postal eletrónica – Nota ao art. 19º da LGT [1.2]	39
Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2]	41
Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro - Art. 3º - Aplicação no tempo, direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2]	42
Decreto-Lei n.º 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LGT [1.2]	43
Avisos do IGCP que fixam a taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	44
Lei n.º 39/2018, de 8 de agosto - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2]	47
Portaria n.º 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2]	49
Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro Art. 295º n.º 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT (<i>Transferências e envio de fundos para paraísos fiscais</i>) Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) – Notas ao art. 63º-A da LGT [1.2]	49
Medidas de transparência contributiva, consulta direta em processo executivo e interconexão de dados entre determinadas entidades e a AT – Nota ao art. 64º da LGT [1.2]	52
Portaria n.º 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	54
Despacho n.º 7689/2017, de 01 de setembro (DR, 2.ª Série) - Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2]	54
Portaria n.º 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2]	55
Despacho n.º 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2]	56
Portaria n.º 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]	60
Portaria n.º 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LGT [1.2]	60
Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 105º da LGT [1.2]	61

Página	Página
Em notas a artigos do CPPT e ao DL que o aprova [1.3]	
Regulamento das Custas Processuais (RCP) – Art. 5º e quadro resumo dos valores da unidade de conta (UC) – Notas ao art. 5º de DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3]	67
Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro – Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes / Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] ..	68
Código Civil – Art. 279º – Cômputo do termo (<i>contagem dos prazos</i>) – Nota ao art. 20º do CPPT [1.3]	72
Código de Processo Civil – Art. 138º – Regra da continuidade dos prazos – Nota ao art. 20º do CPPT [1.3]	72
Portaria nº 233/2019, de 25 de julho - Regulamenta o regime das “Notificações e Citações Eletrónicas - Portal das Finanças” (NCEPF) – Nota ao art. 38º-A do CPPT [1.3]	74
Lei nº 10/2020, de 18 de abril - Art. 2º - Regime excecional quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da Covid-19 – Nota ao art. 39º do CPPT [1.3]	76
Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3]	77
Portaria nº 201-B/2017, de 30 de junho - Procedimentos para compensação de créditos entre contribuintes e Estado - Nota ao art. 90º-A do CPPT [1.3]	83
Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) Art. 24º - Processo Eletrónico Artigo 25º - Citações e notificações – Nota ao art. 97º do CPPT [1.3]	85
Código de Processo Civil – Art. 186º, nºs 1 e 2 – Ineptidão da petição inicial – Nota ao art. 98º do CPPT [1.3]	86
Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]	101
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º -Concretização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3]	106
Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º do CPPT [1.3]	107
Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3]	107
Em notas a artigos do RGIT [1.4]	
Código Penal – Art. 202º, alíneas a) e b) – Definições legais (<i>Valor elevado e valor consideravelmente elevado</i>) – Nota ao art. 11º do RGIT [1.4]	117
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	120
Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	121
Em notas a artigos do RJAT [1.6]	
Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a Direção-Geral dos Impostos e a Direção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (<i>atual Autoridade Tributária e Aduaneira</i>) à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6]	147
Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária, aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6]	149
Em notas a artigos do ETAF [1.7]	
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas – Nota ao art. 6º do ETAF [1.6]	156
Em notas a artigos do CIRS [2.1]	
Diplomas que estabelecem os limites legais do subsídio de refeição, das ajudas de custo e do subsídio de transporte em automóvel próprio – Notas ao art. 2º, nº 3 b) 2) e d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo	178
Abono para falhas – Fórmula de cálculo do limite mensal a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 3 c), do CIRS [2.1]	178
Indemnização por cessação do contrato de trabalho – Fórmula de cálculo do limite a excluir de tributação – Nota ao art. 2º, nº 4 b), do CIRS [2.1]	178
Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série) – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1]	179
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 2º, 3º, 4º e 22º – Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1]	180
Código Civil – Art. 1101º - Denúncia pelo senhorio (contrato de arrendamento) – Nota ao art. 9º do CIRS [2.1]	182
Mais-valias ou menos-valias fiscais (categoria G) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 10º, nº 1, do CIRS [2.1]	184
Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º do CIRS [2.1]	186
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1]	186
Diplomas que estabelecem os valores da retribuição mínima mensal garantida (RMMG), do indexante de apoios sociais (IAS) e da pensão mínima do regime geral (PMRG) – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187
Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	188
Lista dos Estados membros do Espaço Económico Europeu (EEE) – Nota ao art. 17º-A do CIRS [2.1]	189
Empréstimo sem juros ou com taxa de juro inferior à de referência, concedido ou suportado pela entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nº 3, do CIRS [2.1]	192
Use ou aquisição de viatura que tenha originado encargos para a entidade patronal – Fórmulas de cálculo dos rendimentos em espécie – Nota ao art. 24º, nºs 5, 6 e 7, do CIRS [2.1]	192
Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1]	192
Lei nº 21/85, de 30 de julho - Art. 17º nº 1 g) Lei nº 143/99, de 31 de agosto - Art. 4º nº 1 Lei nº 68/2019, de 27 de agosto - Art. 111º nº 1 j) Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados judiciais (Juizes) e de magistrados do Ministério Público (Procuradores) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e trajo profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	192/193
Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	193

Página	Página	
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro: Art. 228º nº 2 - Evolução do regime simplificado; Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Notas ao art. 31º do CIRS [2.1] 195	Normas que estabelecem a transmissão de dados da Segurança Social e a CGA para a AT – Nota art. 121º do CIRS [2.1] 225	
Lei nº 2/2020, de 31 de março – Art. 332º – Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2019 – Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] 195	Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1] 228	
Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para as viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º do CIRS [2.1] 195	Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro - Fixa os procedimentos a ser observados pelas pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota equivalente a 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] 229	
Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro - Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] 201	Em notas a artigos do CIRC [2.2]	
Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1] 202	Decreto-Lei nº 119/2015, de 29 de junho - Art. 98º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores - Isenções e regalias – Nota ao art. 9º do CIRC [2.2] 241	
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes no Continente – Nota ao art. 68º do CIRS [2.1] 203	Lei nº 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) – Nota ao art. 20º do CIRC [2.1] 244	
Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 68º-A do CIRS [2.1] 204	Encargos com ajudas de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador ao serviço da entidade patronal (Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 23º-A, nº 1 h), do CIRC [2.2] – Quadro resumo 247	
Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 206	Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2] 247	
Portaria nº 110/2019, de 12 de abril - Regulamenta os termos e as condições previstas nos nºs 2 a 5 do art. 72º do CIRS de que depende o direito à redução da taxa especial aplicável a rendimentos prediais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 207	Gastos relativos à participação nos lucros por membro de órgãos sociais, titular de parte do capital social – Fórmula de cálculo do limite considerado gasto fiscal – Nota ao art. 23º-A, nº 1 o), do CIRC [2.2] 247	
Lei nº 2/2020, de 31 de março - Art. 330º - Norma interpretativa em sede de IRS, tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento para habitação permanente - Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 207	Lei nº 98/2019, de 4 de setembro - Arts. 3º e 4º - Imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras de períodos anteriores e período de adaptação (2019 e seguintes) - Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2] 249	
Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 10, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (<i>residente não habitual</i>) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 207	Decretos Regulamentares nº 13/2018, de 28/12 (período de 2018), nº 11/2017, de 28/12 (período de 2017), nº 5/2016, de 18/11 (período de 2016) e nº 19/2015, de 30/12 (período de 2015) - Estabelecem os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC – Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2] 250	
Portaria nº 230/2019, de 23 de julho - Arts. 4º e 5º - Entrada em vigor, produção de efeitos e disposição transitória das alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual – Nota ao artigo único e tabela da Portaria nº 12/2010, de 07/01, junto ao art. 72º do CIRS [2.1] 208	Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º do CIRC [2.2] 251	
Lei nº 2/2020, de 31 de março - Art. 329º, nºs 2 a 5 - Disposições transitórias relativas às alterações do regime fiscal dos residentes não habituais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 208	Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro – Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego – Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] 254	
Lei nº 119/2019, de 18 de setembro - Art. 24º, nº 2 – Norma transitória para rendimentos de pensões pagos em 2017 e 2018 - Nota ao art.74º do CIRS [2.1] 209	Mais-valias e menos-valia fiscais – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 46º, nº 2, do CIRC [2.2] 256	
Lei nº 48/2020, de 24 de agosto - Arts. 4º a 7º - Norma interpretativa, disposição transitória, produção de efeitos e entrada em vigor - Alteração da tributação de rendimentos de pensões de anos anteriores - Nota ao art.74º do CIRS [2.1] 209	Portarias que estabelecem os coeficientes de desvalorização da moeda – Nota ao art. 47º, nº 1, do CIRC [2.2] – Quadro resumo 256	
Lei nº 2/2020, de 31 de março – Art. 331º – Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2019 – Nota ao art. 78º do CIRS [2.1] 211	Dedução de prejuízos fiscais nas entidades residentes que exerçam a título principal uma atividade e nas não residentes com estabelecimento estável – Quadro resumo – Nota ao art. 52º, nº 1, do CIRC [2.2] 262	
Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] 213	Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho – Art. 11º - Regime especial de dedução de prejuízos fiscais - Nota ao art. 52º, nºs 1 e 2, do CIRC [2.2] 262	
Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (método da imputação normal) – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 81º, nºs 1 e 2, do CIRS [2.1] 215	Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, nº 13, do CIRC [2.2] 262	
Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho – Art. 12º, nºs 1 e 8 - Limitação extraordinária de pagamentos por conta de IRS de 2020 - Nota ao art. 102º do CIRS [2.1] 222	Dedução de prejuízos fiscais e menos valias nas entidades residentes que não exerçam a título principal uma atividade – Quadro resumo – Nota ao art. 53º, nº 2, do CIRC [2.2] 263	
Despacho nº 258/2020- XXII, de 16 de julho - Adiamento do prazo do primeiro pagamento por conta de IRS em 2020 - Nota ao art.102º do CIRS [2.1] 222	Lei nº 24/2020, de 6 de julho – Art. 5º - Entrada em vigor e produção de efeitos das regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias – Nota ao art. 68º-A do CIRC [2.2] 270	

Página	Página
Normas transitórias relativas aos resultados internos que tenham sido eliminados ao abrigo do anterior regime de tributação pelo lucro consolidado, ainda pendentes em 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] 272	Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] 309
Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 14º -Incentivo às reestruturações empresariais - Nota ao art. 75º do CIRC [2.2] 275	Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1] 309
Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro - Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais – Nota ao art. 86º-B do CIRC [2.2] 280	Tratado sobre o Funcionamento da UE – Art. 29º – Definição do que se considera produtos em livre prática – Nota ao art. 5º do CIVA [3.1] 310
Coleta do IRC por aplicação das taxas previstas nos nºs 1 e 2, em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º, nºs 1 e 2, do CIRC [2.2] 280	Lei nº 71/2013, de 2 de setembro - Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] 315
Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota ao art. 87º, nº 2, do CIRC [2.2] 281	Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), do CIVA [3.1] 315
Derrama estadual – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 87º-A do CIRC [2.2] 281	Despacho nº 122/2020-XXII, de 24 de março – Extensão temporária de isenção de IVA no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 15º, nº 10 a), do CIVA [3.1] 318
Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2] 282	Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de março – Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º do CIVA [3.1] 319
Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 13º -Devolução antecipada de pagamentos especiais por conta não utilizados - Nota ao art. 93º do CIRC [2.2] 284	Taxas de IVA aplicáveis em cada Estado membro da União Europeia – Nota ao art. 18º do CIVA [3.1] – Quadro resumo 320
Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-Membros da União Europeia e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2] 287	Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1] 320
Pagamentos por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º do CIRC [2.2] 289	Método da percentagem de dedução ou <i>pro rata</i> – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 23º do CIVA [3.1] 323
Pagamentos adicionais por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 105º-A do CIRC [2.2] 289	Portaria nº 215/2017, de 20 de julho - Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] 324
Lei nº 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 290	Portaria nº 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] 327
Pagamento especial por conta do IRC – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 290	Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao art. 36º, nº 11, do CIVA [3.1] 330
Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 12º, nº 2 a 8 - Limitação extraordinária de pagamentos por conta de IRC de 2020 - Nota ao art. 107º do CIRC [2.2] 291	Despachos que prorrogam prazos de entrega de declarações periódicas do IVA e do imposto, no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 41º do CIVA [3.1] 331
Despacho nº 104/2020-XXII, de 9 de março - COVID-19: dilatação dos prazos de cumprimento voluntário de obrigações fiscais - Nota ao art. 120º do CIRC [2.2] . 293	Base tributável nas faturas com IVA incluído – Fórmula de cálculo – Nota ao art. 49º do CIVA [3.1] 332
Despachos nº 296/2020-XXII, de 31/07, nº 217/2019, de 21/05, e nº 132/2018-XXI, de 09/04, relativos aos prazos de entrega das declarações mod. 22 do IRC dos anos de 2019, 2018 e 2017 - Nota ao art. 120º do CIRC [2.2] 294	Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] 335
Lei nº 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] 295	Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao art. 78º-B, do CIVA [3.1] 340
Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro	Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 de julho – Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1] 341
Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro	Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 346
– Definem os elementos que integram o dossier fiscal e aprovam diversos modelos de mapas – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] 297/298	Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro – Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 346
Em notas a artigos do CIVA [3.1]	
Lista dos Estados membros da União Europeia e datas de adesão – Nota ao art. 1º, nº 2 b) do CIVA [3.1] 307	
Portaria nº 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1] 309	

Página	Página		
Em notas a artigos do RITI [3.2]			
Montante a partir do qual ficam sujeitas a tributação no Estado membro de destino as aquisições intracomunitárias de bens efetuadas por sujeitos passivos que pratiquem exclusivamente operações isentas sem direito à dedução, bem como as efetuadas pelo Estado e demais pessoas coletivas de direito público quando atuem na qualidade de não sujeitos passivos – Nota ao art. 5º do RITI [3.2] – Quadro resumo 353	Portarias que fixam o valor médio de construção – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408		
Montante a partir do qual as vendas à distância são obrigatoriamente sujeitas a tributação no Estado membro de destino – Nota ao art. 10º do RITI [3.2] – Quadro resumo 355	Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 408		
Estrutura do número de identificação fiscal (NIF), para efeitos de IVA, relativamente a cada Estado membro – Nota ao art. 27º do RITI [3.2] – Quadro resumo 359	Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 agosto - Conceito de prédio devoluto para efeitos da aplicação da taxa do IMI (arts. 112.º e 112.º-B do CIMI) e demais finalidades relacionadas com políticas de habitação, urbanismo e reabilitação urbana – Nota ao art. 112º do CIMI [4.1] 414		
Lei nº 49/2020, de 24 de agosto - Art. 7º - Produção de efeitos, entrega e substituição da declaração recapitulativa do IVA – Nota ao art. 30º do RITI [3.2] 360	Adicional ao IMI – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 135º-F do CIMI [4.1] 420		
Em notas a artigos do CIEC [3.3]			
Normas transitórias relativas à introdução no consumo de bebidas não alcoólicas (adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes) – Consignação da receita ao setor da saúde – Notas ao art. 87º-A do CIEC [3.3]..... 376	Em notas a artigos do CIMT [4.2]		
Normas que estabelecem adicionais à taxa de ISP e à taxa de adicionamento sobre as emissões de CO ₂ – Notas ao art. 92º do CIEC [3.3] 380	Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 426	Lei nº 111/2015, de 27 de agosto - Art. 51º - Isenções de emolumentos, IMT, ISelo e IMI em resultado de determinadas operações relativas a prédios rústicos – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 426	
Normas transitórias de redução do ISP/subsídios à pequena pesca artesanal e costeira, aos pequenos agricultores e aquicultores – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3] 381	Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] 430	Tabelas práticas para aplicação das taxas do IMT (habitação própria e permanente e habitação – Continente e Regiões Autónomas) – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2] 430	
Normas transitórias relativas à introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota ao art. 109º do CIEC [3.3] 387	Em notas a artigos do CISelo [4.3]		
Em notas a artigos do CIMI e ao DL que o aprova [4.1]		Normas transitórias que isentam de imposto do selo a constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 7º, nº 1 u), do CISelo [4.3] 441	
Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] 392	Despachos que prorrogam prazos de pagamento e de apresentação da declaração mensal de Imposto do Selo (DMIS) – Nota ao art. 52º-A do CISelo [4.3] 447	Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT igual ou superior a € 1 000 000 – Nota à verba 28.1 (<i>Revogada</i>) da TGISelo [4.3] 451	
Portaria nº 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] 394	Em notas a artigos do CISV e à Lei que o aprova [4.4]		
Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro - Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11 [4.1] 395	Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60 % – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (diploma que aprova o CISV e o CIUC) [4.4] 454	Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional – Nota ao art. 11º do CISV [4.4] 458	
Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1] 399	Em notas a artigos do CIUC [4.5]		
Isenção de IMI para sujeitos passivos de baixos rendimentos – Limites do rendimento bruto do agregado familiar e do VPT global dos prédios rústicos e urbanos – Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] 400	Lei nº 45/2011, de 24 de junho – Art. 15º - Isenções relativas a veículos, Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) - Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] 471	Normas que estabelecem o adicional em sede de IUC para veículos a gásóleo enquadráveis nas categorias A e B – Nota (1) ao art. 10º CIUC [4.5] 473	
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro - Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura – Nota ao art. 38º do CIMI [4.1] 403	Normas que estabelecem uma redução percentual a aplicar às emissões de CO ₂ – WLTP – Nota (2) ao art. 10º do CIUC [4.5] 473	Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Bancário [4.8.1]	
Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogéneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 407	Em notas a artigos do Adicional sobre o Setor Bancário [4.8.2]		Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] 497
Portaria nº 1434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos da aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do art. 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 407	Portaria nº 191/2020, de 10 de agosto - Arts. 2º e 3º - Documentação e prazo de entrega da declaração mod. 57 – Nota ao art. 6º [4.8.2] 499		

Página	Página
Em notas a artigos da Contribuição sobre o Setor Energético [4.9]	
Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º [4.9]	501
Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de «take-or-pay» – Nota ao art. 3º [4.9]	502
Em notas a artigos da Contribuição sobre os Sacos de Plástico Leves [4.11]	
Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11]	511
Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º [4.11]	512
Em notas a artigos do EBF [5.1]	
Disposições transitórias que prorrogam normas que consagram benefícios fiscais – Notas ao art. 3º do EBF [5.1]	518
Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1]	523
Decreto-Lei nº 19/2019, de 28 de janeiro - Art. 11.º-A - Regime fiscal das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI) - Nota ao art. 22º do EBF [5.1]	524
Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado ao reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1]	524
Normas transitórias que isentam de IRS ou de IRC os juros de empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen e Renminbi</i>) celebrados pelo IGCP – Notas ao art. 32º-B do EBF [5.1]	529
Normas transitórias que isentam de IRC os ganhos obtidos por instituições financeiras não residentes na realização de operações de reporte, como um dos incentivos fiscais ao financiamento – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1]	530
Normas transitórias que isentam de Imposto do Selo as operações de reporte de valores mobiliários – Nota ao art. 32º-D do EBF [5.1]	530
Normas transitórias que isentam de IRS e IRC rendimentos de valores mobiliários – Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1]	534
Código das Sociedades Comerciais - Art. 35º - Perda de metade do capital – Nota ao art. 43º-B do EBF [5.1]	536
Portaria nº 195/2018, de 5 de julho - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43º-C do EBF [5.1]	537
Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1]	538
Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 160º – Interconexão de dados entre a Direção-Geral das Atividades Económicas e a AT – Nota ao art. 44º do EBF [5.1]	538
Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25º-A – Regime fiscal d a entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1]	541
Decreto-Lei nº 45/2018, de 19 de junho - Art. 16º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1]	544
Portaria nº 490/2018, de 28 de setembro – Art. 7º - Regime transitório (<i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i>) – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1]	544
Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1]	545
Lei nº 2/2020, de 31 de março – Arts. 357º e 384º - Donativos: Estrutura de Missão para a Presidência Portuguesa do Conselho da EU; Exposição Mundial do Dubai em 2020; Jornada Mundial da Juventude - Nota ao art. 62º do EBF [5.1]	549
Despacho nº 137/2020-XXII, de 3 de abril - Enquadramento de benefícios fiscais relativos ao mecenato e da exclusão de tributação em Imposto do Selo, no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 62º do EBF [5.1]	549
Lei nº 114/2017, de 29/12 – Art. 266º nº 2; Lei nº 71/2018, de 31/12 – Art. 294º nº 1; Lei nº 2/2020, de 31/03 - Art. 357º nº 1: Donativos à Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1]	550
Portaria nº 166/2020, de 8 de julho - Regulamenta o procedimento de atribuição de benefício fiscal - Nota aos n.ºs 27 a 30 do art. 71º do EBF [5.1]	554
Em notas a artigos do CFI [5.2]	
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2]	563
Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2]	565
Portaria nº 94/2015, de 23 de março – Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2]	566
Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro – Procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2]	567
Em notas à legislação da R. A. Açores [6.2.1]	
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS com redução e fórmula de cálculo para as restantes taxas de retenção na fonte e de tributação autónoma de IRS – Notas ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	576
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável, com a redução prevista para a R. A. dos Açores – Fórmulas de cálculo – Notas ao art. 5º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	577
Normas que determinam os setores estratégicos da economia onde os lucros reinvestidos beneficiam de deduções à coleta de IRC e IRS – Nota ao art. 6º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	578
Normas que fixam os valores dos projetos de investimento relevantes para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual – Notas ao art. 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	578
Derrama regional – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2]	580
Pagamento adicional por conta do IRC na R. A. Açores – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 4º do D. Leg. Regional nº 21/2016/A, de 17/10 [6.2.2]	580
Em notas à legislação da R. A. Madeira [6.3]	
Tabelas práticas para aplicação das taxas gerais do IRS a residentes na R.A. da Madeira – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.3.1]	585

Página	Página
Taxa adicional de solidariedade – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º-A do D. Leg. Regional nº 3/2001/M [6.3.1] 586	Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] 672
Coleta do IRC por aplicação das taxas em função do tipo de sujeito passivo e do montante da matéria coletável – Fórmulas de cálculo – Nota ao art. 2º do D. Leg. Regional nº 2/2001/M, de 20/02 [6.3.2] 587	Lei Orgânica nº 1/2018, de 19 de abril - Art. 7º - Norma transitória (<i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i>) – Nota ao título da Lei nº 19/2003, de 20/06 [7] 673
Diplomas que mantêm em vigor e alteram a derrama regional – Nota ao art. 3º do D. Leg. Regional nº 14/2010/M [6.3.2] 588	Portaria nº 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 678
Diplomas que mantêm em vigor e alteram o regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. Madeira – Nota ao art. 17º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] 589	Portaria nº 388/2019, de 28 de outubro - Regulamenta os termos da ligação funcional entre a GNR e o Ministério das Finanças, com vista ao exercício da missão tributária que lhe está cometida (de forma abrangente) – Nota ao art. 13º do Regime aprovado pelo DL nº 147/ 2003, de 11/07 [7] 680
Portaria nº 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. Leg. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] 590	Lei nº 8/2018, de 2 de março – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7] 684
Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos art. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] 592	Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho - Art. 19º - Exclusão de entidades <i>offshore</i> do acesso a apoios públicos – Nota à Portaria nº 150/ 2004, de 13/02 [7] 684
Em notas ao Regime financeiro das autarquias locais [6.4]	
Lei nº 42/2017, de 14 de junho – Art. 7º, nº 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] 604	Despacho nº 2937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de imposto português sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime, DL nº 193/2005, de 7/11 [7] 690
Participação variável no IRS – Fórmula de cálculo da dedução à coleta – Nota ao art. 26º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] 606	Portaria nº 31/2019, de 24 de janeiro - Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 693
Lei nº 51/2018, de 16 de agosto - Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4] 606	Despachos que prorrogam o prazo de entrega da IES/DA e SAF-T – Nota ao art. 15º da Portaria nº 31/2019, de 24/01, junto ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 694
Em notas a outros diplomas da Legislação Complementar [7]	
Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 619	Decreto-Lei nº 48/2020 de 3 de agosto - Definição dos procedimentos a adotar no que se refere à submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade – Nota ao art. 10º-A do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 696
Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 619	Portaria nº 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7] 700
Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] 623	Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 728
Portaria nº 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7] 650	Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada à AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 728
Encargos com vales sociais (Vales infância e vales educação – Enquadramento fiscal em IRS e IRC) – Nota ao art. 10º do DL nº 26/99, de 28/01 [7] – Quadro resumo 652	Portaria nº 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão Interministerial para a Assistência Mútua em Matéria de Cobrança de Créditos (CIAMMCC) respeitantes a impostos, direitos e outras medidas – Nota ao art. 35º do DL nº 263/2012, de 20/12 [7] 736
Portaria nº 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12º, nº 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] 657	Portaria nº 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7] 742
Portaria nº 796/99, de 15 setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] 658	Portaria nº 259/2016, de 4 de outubro Portaria nº 293-A/2016, de 18 de novembro Regulamenta os procedimentos e estabelece as condições do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) – Notas aos arts. 10º nº 2 e 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] 751/752
Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado – Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] 661	Portaria nº 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] 765
Normas que prevêm o resgate de planos de poupança sem penalização, no âmbito da COVID-19 – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] 670	Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL nº 295/87, de 31/07 (<i>Taxfree</i>) – Nota ao art. 9º do DL nº 19/2017, de 14/02 [7] 767
Portaria nº 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e meios de prova para reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 4º, nº 8, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7] 671	

Lei nº 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7]	Página 769
Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7]	772
Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro - Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidas – Nota ao art. 3º do DL nº 141/2017, de 14/11 [7]	772
Portaria nº 144/2019, de 15 de maio - Regulamenta os termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica – Nota ao art. 8º do DL nº 28/2019, de 15/02 [7]	784
Portaria nº 195/2020, de 13 de agosto - Regulamenta os requisitos de criação do código de barras bidimensional (código QR) e do código único do documento (ATCUD) – Nota ao nº 3 do art. 7º do DL nº 28/2019, de 15/02 [7] ...	784
Despachos relativos à clarificação de obrigações e prorrogação de prazos previstos no DL 28/2019, de 15/02 – Nota ao art. 43º deste DL [7]	789
Lei nº 4-A/2020, de 6 de abril - Arts. 6º nº 2 e 5º - Produção de efeitos e norma interpretativa – Notas aos arts. 7º e 10º da Lei nº 1-A/2020, de 19/03 [7]	810
Lei nº 16/2020, de 29 de maio - Arts. 5º e 6º - Prazos administrativos, prescrição e caducidade - Nota ao art. 7º da Lei nº 1-A/2020, de 19/03 [7]	810
Portaria nº 85-A/2020, de 3 de abril – Art. 12º - Diferimento de obrigações fiscais e contributivas – Nota ao art. 1º do DL nº 10-F/2020, de 26/03 [7]	811
Despacho nº 5638-A/2020, de 20 de maio (DR, 2.ª série) - Aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à Covid-19 – Nota ao art. 2º da Lei nº 13/2020, de 7/05 [7]	813
Despacho nº 5335-A/2020, de 7 de maio (DR, 2.ª série) - Determina as especificidades do gel desinfetante cutâneo que beneficia temporariamente da taxa reduzida de IVA – Nota ao art. 3º da Lei nº 13/2020, de 7/05 [7]	814
Decreto-Lei nº 53/2020, de 11 de agosto – Arts. 3º e 5º - Criação do Fórum DAC 6 e norma transitória – Nota ao art.26º da Lei nº 26/2020, de 21/07 [7]	820
Despacho nº 8320/2020, de 28 de agosto (DR, 2.ª Série) - Regulamenta a suspensão do pagamento por conta do IRC – Nota ao art. 5º da Lei nº 29/2020, de 31/07 [7]	824
Despacho nº 8363/2020, de 31 de agosto (DR, 2.ª série) - Aprova os formulários mod. 21-RFI a mod. 24-RFI para efeitos de aplicação das convenções para evitar a dupla tributação internacional – Nota à tabela prática [7]	837

ÍNDICE CRONOLÓGICO (*)

	Página		Página
1976			
Decreto de 10 de abril de 1976		Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de julho – Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) [5.1]	515
Constituição da República Portuguesa (CRP)		Portaria nº 521/89, de 8 de julho – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de vinho feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, do CIVA [3.1]	309
– Artigos relacionados com o sistema fiscal [1.1]	28	Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de dezembro – Lei do Jogo – Artigos relacionados com o sistema fiscal – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]	487
Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro – Art. 15º – Extensão de regalias para os deficientes das forças armadas (DFA) com percentagem de incapacidade igual ou superior a 60% – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4]	454	1990	
1984			
Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de dezembro – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) [3.1]	301	Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro (<i>Revogado</i>) – Arts. 2º, nºs 5 e 6, e 17º, nº 4 (<i>reintegrações e amortizações</i>) – Nota ao art. 22º, alínea f), do D. Regul. nº 25/2009, de 14/09 [7]	716
1985			
Decreto-Lei nº 221/85, de 3 de julho – Regime especial do IVA nas agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos [7]	615	Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de janeiro – Isenção/restituição do IVA à Igreja Católica, outras igrejas e comunidades religiosas [7]	634
Lei nº 21/85, de 30 de julho - Art. 17º nº 1 g) - Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados judiciais (Juizes) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional - Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	192	Decreto-Lei nº 198/90, de 19 de junho – Artigo 6º – Isenção de IVA nas vendas efetuadas a exportadores nacionais (<i>Trading</i>) [7]	636
Decreto-Lei nº 346/85, de 23 de agosto – Regime especial do IVA nas transmissões de tabacos manufacturados [7]	616	Lei nº 21/90, de 4 de agosto – Artigo único – Redução do IMT nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – Nota ao art. 17º do CIMT [4.2]	430
Decreto-Lei nº 347/85, de 23 de agosto – Taxas de IVA aplicáveis nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e regras de localização das operações nessas regiões – Nota ao art. 18º, nº 3, do CIVA [3.1]	320	1991	
Despacho Normativo nº 118/85, de 31 de dezembro – Definição do número limite de manifestações ocasionais abrangidas pela isenção – Nota ao art. 9º, nº 20), CIVA [3.1]	315	Lei nº 36/91, de 27 de julho – Art. 3º – Isenção do imposto automóvel (atual ISV) para veículos perdidos ou abandonados ou adquiridos pelo Estado – Nota ao art. 13º, nº 3, da Lei nº 22-A/2007, de 29/06 (<i>diploma que aprova o CISV e o CIUC</i>) [4.4]	454
1986			
Decreto-Lei nº 143/86, de 16 de junho, e		Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de dezembro – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI) [3.2]	350
Decreto-Lei nº 185/86, de 14 de julho – Isenção/restituição do IVA às representações diplomáticas e consulares e ao seu pessoal não nacional, bem como a certas organizações internacionais (<i>Regulamentação do art. 14º, nº 1, alíneas l), m), n) e v), do CIVA</i>) [7]	617/618	1992	
Decreto-Lei nº 398/86, de 26 de dezembro – Isenção de IVA e IEC na importação de mercadorias em pequenas remessas expedidas sem carácter comercial, de países terceiros, por um particular com destino a outro particular [7]	619	Decreto-Lei nº 275/93, de 5 de agosto – Art. 61º – Isenção de IMT (<i>time-sharing</i>) – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2]	426
1988			
Decreto-Lei nº 122/88, de 20 de abril – Regimes especiais do IVA relativos à substituição na entrega do imposto: Vendas de peixe, crustáceos e moluscos efetuadas pelas lotas; Vendas de bens ao domicílio efetuadas por revendedores diretos; Vendas derivadas exclusivamente da microprodução e da miniprodução de energia elétrica efetuada pelos produtores [7]	619	1995	
Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) [2.1]	167	Decreto-Lei nº 51/95, de 20 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis decorrente da construção da nova ponte sobre o Tejo [4.6.1]	478
Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) [2.2]	230	Decreto-Lei nº 54/95, de 22 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a realização da Expo 98 [4.6.2]	481
Decreto-Lei nº 492/88, de 30 de dezembro – Regulamentação da cobrança e reembolsos de IRS e IRC [7]	620	Decreto-Lei nº 229/95, de 11 de setembro – Regime jurídico da cobrança do IVA e dos reembolsos [7]	637
1989			
Decreto-Lei nº 31/89, de 25 de janeiro – Isenção de IVA na importação definitiva de determinados bens [7]	626	1996	
		Decreto-Lei nº 199/96, de 18 de outubro – Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades [7]	639
		1997	
		Lei nº 103/97, de 13 de setembro – Regime fiscal específico das sociedades desportivas [7]	642

(*) Junto a cada diploma encontra-se o seu índice sistemático.

	Página		Página
1998			
Decreto-Lei nº 14/98, de 28 de janeiro – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil (<i>Regime excepcional de dedução de prejuízos fiscais no âmbito dos processos do ex-GACRE e do SIRME aprovados pelo IAPMEI</i>) [7]	643	Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de outubro – Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT) [1.3]	66
Decreto-Lei nº 29/98, de 11 de fevereiro – Regulamento das custas dos processos tributários e Tabela de emolumentos [7]	644	2000	
Decreto-Lei nº 43/98, de 3 de março – Regulamento da Contribuição Especial (RCE) devida pela valorização de imóveis beneficiados com a CRIL, CREL, CRIP, CREP, travessia ferroviária do Tejo, troços ferroviários complementares, extensões do metropolitano de Lisboa e outros investimentos [4.6.3]	484	Portaria nº 543/2000, de 4 de agosto – Tabela para determinação da parte das contribuições da entidade patronal considerada como rendimento do trabalho dependente – Nota ao art. 26º do CIRS [2.1]	193
Lei nº 35/98, de 18 de julho – Organizações não governamentais de ambiente (ONGA) (<i>Normas fiscais</i>) [7]	649	Portaria nº 1 158/2000, de 7 de dezembro – Limites e condições da não sujeição a IVA das entregas de azeite feitas pelas cooperativas aos seus sócios para as necessidades do seu consumo familiar – Nota ao art. 3º, nº 6, CIVA [3.1]	309
Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de dezembro – Lei Geral Tributária (LG T) [1.2]	35	2001	
Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de dezembro – Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA) [1.5]	135	Portaria nº 78/2001, de 8 de fevereiro – Remuneração do perito independente no procedimento de revisão da matéria coletável – Nota ao art. 93º da LGT [1.2]..	60
1999		Decreto Legislativo Regional nº 2/2001/M, de 20 de fevereiro – Taxas de IRC na R.A. da Madeira [6.3.2]	586
Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de janeiro – Inspeção tributária a pedido do sujeito passivo ou de terceiro [7]	650	Decreto Legislativo Regional nº 3/2001/M, de 22 de fevereiro – Taxas gerais de IRS na R.A. da Madeira [6.3.1]	585
Decreto-Lei nº 26/99, de 28 de janeiro – Condições de emissão e atribuição de vales sociais (<i>Vales infância e vales educação</i>) [7].....	651	Lei nº 7/2001, de 11 de maio – Medidas de proteção das uniões de facto – Nota ao art. 14º do CIRS [2.1]	188
Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, de 20 de janeiro – Adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores (<i>Redução de taxas de IRS, IRC, IVA e IEC deduções à coleta e benefícios fiscais</i>) [6.2.1]	576	Lei nº 15/2001, de 5 de junho – Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT) [1.4]	114
Decreto-Lei nº 73/99, de 16 de março – Regime dos juros de mora das dívidas ao Estado e a outras entidades públicas – Nota ao art. 44º da LG T [1.2]	43	Lei nº 16/2001, de 22 de junho – Lei da liberdade religiosa (<i>Normas fiscais</i>) [7]	661
Portaria nº 185/99, de 20 de março – Definição de calçado ortopédico que, prescrito por receita médica, fica sujeito à taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.6 da Lista 1 anexa ao CIVA [3.1]	346	Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto – Regime fiscal das operações de titularização de créditos [7]	662
Lei nº 22/99, de 21 de abril – Arts. 3º e 9º – Compensação atribuída aos membros das mesas das assembleias ou secções de voto nos atos eleitorais ou referendários (<i>Isenção de IRS e de outros tributos</i>) [7]	652	Portaria nº 1 011/2001, de 21 de agosto – Tabela de atividades – Nota ao art. 151º do CIRS [2.1]	228
Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril – Art. 32º – Dispensa de originais de documentos – Nota ao art. 50º do CPPT [1.3]	77	Portaria nº 1 041/2001, de 28 de agosto – Limites para viaturas na categoria B do IRS e nas sociedades de profissionais em IRC – Nota ao art. 33º CIRS [2.1] ...	195
Decreto-Lei nº 191/99, de 5 de junho – Regime da tesouraria do Estado [7]	653	Portaria nº 1 446-C/2001, de 21 de dezembro – Preços de transferência (<i>Regulamentação do art. 63º, nº 15, CIRC</i>) [7]	664
Portaria nº 640/99, de 12 de agosto – Funcionamento, estatuto e remuneração dos membros da Comissão Nacional de Revisão – Nota ao art. 94º da LG T [1.2]	60	2002	
Lei nº 143/99, de 31 de agosto – Art. 4º nº 1 – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público relativa a quantias despendidas com a sua valorização profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1]	193	Lei nº 13/2002, de 19 de fevereiro – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (ETAF) [1.7]	153
Lei nº 150/99, de 11 de setembro – Código do Imposto do Selo e Tabela Geral (CISelo e TGISelo) [4.3]	435	Portaria nº 352/2002, de 3 de abril – Divulgação das vendas no processo judicial de execução fiscal através da Internet – Nota ao art. 249º do CPPT [1.3]	107
Lei nº 151/99, de 14 de setembro – Pessoas coletivas de utilidade pública (<i>Isenções</i>) [7]	658	Portaria nº 493/2002, de 27 de abril – Remuneração dos membros da comissão constituída por promoção do órgão de execução fiscal – Nota ao art. 201º do CPPT [1.3]	101
Portaria nº 796/99, de 15 de setembro – Cheques visados – uso obrigatório – Nota ao art. 16º, nº 5, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7]	658	Decreto-Lei nº 158/2002, de 2 de julho – Regime jurídico dos PPR, PPE e PPR/E (<i>Dedução à coleta de IRS prevista no art. 21º do EBF</i>) [7]	669
Decreto-Lei nº 362/99, de 16 de setembro – Regime especial do IVA aplicável ao ouro para investimento [7]	659	Portaria nº 1 452/2002, de 11 de novembro – Limites anuais por educando a que fica sujeito o reembolso dos PPR/E – Nota ao art. 5º, nº 2, do DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	672
Portaria nº 923/99, de 20 de outubro – Montantes devidos pela realização de inspeção a pedido do sujeito passivo ou de terceiro – Nota ao art. 4º, nº 3, do DL nº 6/99, de 8/01 [7]	650	Portaria nº 1 453/2002, de 11 de novembro – Descrição objetiva dos casos previstos e respetivos meios de prova para o reembolso dos PPR/E – Nota art. 4º, nº 8, DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	671
		2003	
		Portaria nº 291/2003, de 8 de abril – Taxa dos juros legais e dos estipulados sem determinação de taxa ou quantitativo – Nota ao art. 35º da LGT [1.2.]	41
		Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de abril – Disciplina as condições de acesso e análise, em tempo real, da informação pertinente para a investigação dos crimes tributários pela Polícia Judiciária e pela administração tributária – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4]	121

Página	Página
Portaria nº 375/2003, de 10 de maio – Envio por transmissão eletrónica de dados da declaração periódica de IVA – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] 327	2006
Portaria nº 383/2003, de 14 de maio – Tabela de coeficientes de desvalorização acumulada para cálculo do valor de mercado de viatura adquirida por trabalhador ou membro de órgão social – Nota ao art. 24º, nº 7, do CIRS [2.1] ... 192	Portaria nº 90/2006, de 27 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2006 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
Lei nº 19/2003, de 20 de junho – Financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (<i>Donativos, benefícios fiscais e número de identificação fiscal</i>) [7] 673	Despacho nº 6 428/2006, publicado em 21 de março Ajudas comunitárias relativas às forragens secas – Nota ao art. 16º CIVA [3.1] 319
Decreto-Lei nº 147/2003, de 11 de julho – Regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA [7] 675	Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 agosto - Conceito de prédio devoluto para efeitos da aplicação da taxa do IMI (arts. 112.º e 112.º-B do CIMI) e demais finalidades relacionadas com políticas de habitação, urbanismo e reabilitação urbana – Nota ao art. 112º do CIMI [4.1] 414
Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) [4.1] 389 – Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) [4.2] 423	Despacho nº 26 026/2006, publicado em 22 de dezembro Lista de bens concebidos especificamente para utilização por pessoas com deficiência, a cujas transmissões é aplicável a taxa reduzida de IVA – Nota à verba 2.9 da Lista I anexa ao CIVA [3.1] 346
Portaria nº 1 337/2003, de 5 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar para a atualização dos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos não arrendados e dos prédios rústicos – Nota ao art. 16º, nº 2, do DL nº 287/2003, de 12/11, aprova o CIMI [4.1] 394	Portaria nº 1433-C/2006, de 29 dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2007 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
Decreto-Lei nº 324/2003, de 27 de dezembro – Art. 4º, nºs 6 e 7 – Revogação “genérica” de normas do Regulamento das Custas dos Processos Tributários (RCPT) – Nota ao RCPT aprovado pelo DL nº 29/98, de 11/02 [7] 645	Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro – Art. 88º – Disposições transitórias dos benefícios fiscais Notas aos arts. 3º e 61º do EBF [5.1] 518/548
Portaria nº 1 423-I/2003, de 31 de dezembro – Regulamento do documento único de cobrança (DUC) – Nota ao art. 12º, nº 2, do Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] 657	2007
2004	Decreto-Lei nº 8/2007, de 17 de janeiro – Informação Empresarial Simplificada (IES) [7] 692
Portaria nº 150/2004, de 13 de fevereiro – Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis (<i>Paraísos fiscais</i>) [7] 683	Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de janeiro – Regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis (<i>Regulamentação dos nºs 4 a 6 do art. 12º do CIVA</i>) [7] 698
Portaria nº 160/2004, de 14 de fevereiro – Comissão interministerial – Nota ao art. 35º do DL nº 263/2012, de 20/12 [7] 736	Portaria nº 321-A/2007, de 26 de março – Ficheiro modelo de auditoria tributária – SAF-T-PT (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7] 700
Decreto-Lei nº 53/2004, de 18 de março – Código da Insolvência e Recuperação de Empresas (<i>CIRE, Título III – Benefícios emolumentares e fiscais</i>) [7] 684	Lei nº 22-A/2007, de 29 de junho – Código do Imposto sobre Veículos (CISV) [4.4] 452 – Código do Imposto Único de Circulação (CIUC) [4.5] 470
Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 18/05/2004 , aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 74/2004, publicada em 16 de novembro (<i>Normas fiscais</i>) [7] 685	Decreto-Lei nº 273/2007, de 30 de julho – Arts. 7º e 8º – Reforma da gestão da tesouraria do Estado, mediante a integração da gestão da tesouraria e da dívida pública no IGCP – Nota ao Regime da Tesouraria do Estado, aprovado pelo DL nº 191/99, de 5/06 [7] 658
Portaria nº 982/2004, de 4 de agosto – Valor médio de construção para 2003 e 2004 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 408	Decreto-Lei nº 363/2007, de 2 de novembro – Microprodução de eletricidade: Art. 12º, nº 5 – Regime especial do IVA – Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 619
2005	Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro – Art. 2º do Anexo – Efetivos e limiares financeiros que definem as categorias de empresas – Micro, pequenas e médias empresas (PME) – Nota (3) ao art. 87º do CIRC [2.2] 281
Portaria nº 99/2005, de 17 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2005 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo 408	Portaria nº 1 434/2007, de 6 de novembro – Diretrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excecional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação, para efeitos de aplicação das tabelas I e II referidas no nº 1 do artigo 43º do CIMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 407
Despacho nº 14 839/2005, publicado em 7 de julho Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA – Nota ao art. 80º do CIVA [3.1] 341	2008
Decreto-Lei nº 193/2005, de 7 de novembro – Regime especial de tributação dos rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida [7] 686	Portaria nº 16-A/2008, de 9 de janeiro – Valor médio de construção, para o ano de 2008 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
Despacho nº 1 693/2005-XVII, do SEAF, de 20 de dezembro Regularização dos imóveis sem NIF – Nota ao art. 23º do DL nº 287/2003, de 12/11, que aprova o CIMI [4.1] 395	Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro – Regulamento das Custas Processuais (RCP), Art. 5º – Unidade de conta processual – Nota ao art. 5º do DL que aprova o CPPT [1.3] 67
Portaria nº 1 339/2005, de 30 de dezembro – Envio por transmissão eletrónica de dados (Internet) da declaração mod. 22 do IRC e da declaração anual de informação contabilística e fiscal [7] 691	Portaria nº 497/2008, de 24 de junho – Regulamenta as condições delimitadoras do conceito de amostras e ofertas de pequeno valor e define os procedimentos e obrigações contabilísticas a cumprir pelos sujeitos passivos, para efeitos de exclusão de tributação em IVA – Nota ao art. 3º, nº 7, do CIVA [3.1] 309
Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro – Art. 55º, nº 3 – Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 21º do EBF [5.1] 522	
Lei nº 60-A/2005, de 30 de dezembro - Art. 57º nº 2 – Norma transitória (<i>Prazo de caducidade</i>) – Nota ao art. 45º da LGT [1.2] 44	

Página	Página
Portaria nº 620-A/2008, de 16 de julho – Procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT) (<i>Regulamentação do nº 10 do art. 138º do CIRC</i>) [7] 702	Decreto Legislativo Regional nº 14/2010/M, de 5 de agosto – Arts 3º a 6º – Derrama regional [6.3.2] 588
Lei nº 49/2008, de 27 de agosto – Art. 7º – Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal – Nota ao art. 41º do RGIT [1.4] 120	Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de dezembro – Art. 4º – Ajudas de custo diárias e subsídio de transporte em automóvel próprio (Km) para os anos de 2011 a 2019 – Nota ao art. 2º, nº 3 d), do CIRS [2.1] – Quadro resumo 178
Lei nº 64/2008, de 5 de dezembro – Art. 4º – Tributação autónoma para empresas de fabricação ou distribuição de produtos petrolíferos refinados – Nota ao art. 88º do CIRC [2.2] 282	Despacho nº 19 316/2010, publicado em 30 de dezembro – Bolsas de formação desportiva para efeitos fiscais – Nota ao art. 12º CIRS [2.1] 186
Portaria nº 1545/2008, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2009 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408	Aviso nº 27831-F/2010, de 31 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora para o ano de 2011 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo 44
Portaria nº 1553-D/2008, de 31 de dezembro – Subsídio de refeição diário (2009 a 2016) – Nota ao art. 2º, nº 3 b) 2), do CIRS [2.1] – Quadros resumo 178	Portaria nº 1330/2010, de 31 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2011 – Nota ao art. 62º CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro – Arts. 102º a 105º – Regime especial aplicável aos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIIAH) e às sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) [7] 705 – Art. 110º, nºs 1 e 2 – Normas transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 54 – Art. 116º – Regime de isenção do IVA e dos IEC na importação de mercadorias transportadas na bagagem dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros [7] 707	Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro – Art. 98º – Disposições transitórias no âmbito do IRS Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] 193/217 – Art. 125º – Disposições transitórias no âmbito da LGT Nota ao art. 30º da LGT [1.2] 41 – Art. 130º, nº 2 – Revogação de benefícios fiscais (norma transitória) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 635 – Art. 141º – Regime da contribuição sobre o setor bancário [4.8.1] 497
2009	2011
Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho – Alteração e republicação do CIRC, adaptando-o à normalização contabilística [2.2] 233	Decreto Legislativo Regional nº 2/2011/M, de 10 de janeiro – Arts. 17º a 24º – Regime da contribuição sobre o setor bancário na R.A. da Madeira [6.3.3] 589
Decreto-Lei nº 186/2009, de 12 de agosto – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso [7] 709	Decreto-Lei nº 10/2011, de 20 de janeiro – Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária (RJAT) [1.6] 146
Portaria nº 972/2009, de 31 de agosto – Regulamenta o regime jurídico das informações vinculativas – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 54	Portaria nº 44/2011, de 26 de janeiro – Taxas a aplicar nos processos de regularização de veículos usados no território nacional Nota ao art. 11º do CISV [4.4] 458
Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro – Regime das depreciações e amortizações [7] 712	Portaria nº 92-A/2011, de 28 de fevereiro – Define os elementos que integram o dossier fiscal – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2] 297
Portaria nº 1456/2009, de 30 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2010 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408	Decreto-Lei nº 34/2011, de 8 de março – Miniprodução de eletricidade: Art. 14º, nº 4 – Regime especial do IVA Nota ao art. 10º do DL nº 122/88, de 20/04 [7] 619
2010	Portaria nº 112-A/2011, de 22 de março – Vincula a DGCI e a DGAIEC (<i>atual AT</i>) à jurisdição do CAAD – Nota ao art. 4º do RJAT [1.6] 147
Portaria nº 12/2010, de 7 de janeiro – Tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos dos arts. 72º nº 10, 81º nº 5, 99º nº 8 e 101º nº 1 d) do CIRS (<i>regime fiscal do residente não habitual</i>) – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 207	Regulamento de Custas nos Processos de Arbitragem Tributária , aprovado pelo Centro de Arbitragem Administrativa em 2011 – Nota ao art. 12º do RJAT [1.6] 149
Decreto-Lei nº 5/2010, de 15 de janeiro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2010 – Notas aos arts. 25º e 87º do CIRS [2.1] e 11º-A do CIMI [4.1] 193/217/400	Portaria nº 121/2011, de 30 de março – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário – Nota aos arts. 5º e 8º [4.8] 497
Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril – Art. 132º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643	Portaria nº 219/2011, de 1 de junho – Aprova os procedimentos e especificações técnicas a observar na venda de bens penhorados em processo de execução fiscal através de venda judicial, na modalidade de leilão eletrónico – Nota ao art. 248º CPPT [1.3] 107
Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de junho – Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC) [3.3] 361	Lei nº 45/2011, de 24 de junho – Art. 15º – Isenções relativas a veículos, Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) - Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] 471
Portaria nº 363/2010, de 23 de junho – Certificação prévia dos programas informáticos de faturação (<i>Regulamentação do nº 9 do art. 123º do CIRC</i>) [7] 723	Portaria nº 77/2011, de 7 de julho – Regulamenta o Regime da Contribuição sobre o Setor Bancário, para vigorar na R.A. da Madeira – Nota aos arts. 21º e 24º do D. L. Regional nº 2/2011/M [6.3.3] 590
Despacho Normativo nº 18-A/2010, de 1 de julho – Pedido de reembolso do IVA através da declaração periódica e inscrição no regime mensal (<i>Regulamentação do art. 22º do CIVA</i>) [7] 725	Lei nº 60-A/2011, de 30 de novembro – Art. 10º – Entrada em vigor e produção de efeitos das normas de alteração relativas à avaliação geral de imóveis – Nota ao art. 15º do DL nº 287/2003, de 12/11, diploma que aprovou o CIMI [4.1] 392
Portaria nº 467/2010, de 7 de julho – Define o custo de aquisição ou o valor de reavaliação das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, incluindo os veículos elétricos, cujas depreciações da parte excedente não são considerados gastos fiscais – Nota ao art. 34º CIRC [2.2] 251	Portaria nº 307/2011, de 21 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2012 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408

Página	Página
Aviso nº 24866-A/2011, de 28 de dezembro (DR 2.ª série) – Taxa de juros de mora, para o ano de 2012 – Nota ao art. 44º LGT [1.2] – Quadro resumo 44	– Art. 249º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 530
Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro	– Art. 250º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 530
– Art. 146º, nºs 2, 3 e 4 – Prorrogação de disposições do EBF	– Art. 251º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia (<i>restituição do IVA</i>)
Notas aos arts. 3º, 25º, 26º e 36º do EBF [5.1] 518/527/532	Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 635
– Art. 151º – Disposições transitórias no âmbito da LGT	– Art. 252º – Contribuição sobre o setor bancário
Notas aos arts. 19º e 44º da LGT [1.2] 39/43	Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1] 497
– Art. 154º – Disposições transitórias no âmbito do CPPT	
Notas aos arts. 169º e 199º do CPPT [1.3] 94/100	2013
– Art. 165º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º CISElo [4.3] 441	Decreto-Lei nº 6/2013, de 17 de janeiro
– Art. 168º – Norma transitória das Contribuições Especiais	– Arts. 9º e 10º – Competências próprias do diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes/ Serviços periféricos de competência específica – Nota ao art. 6º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] 68
Nota aos arts. 2º dos Regulamentos [4.6.1, 4.6.2 e 4.6.3] 479/482/485	Decreto-Lei nº 14/2013, de 28 de janeiro – Sistematização e harmonização da legislação referente ao NIF [7] 737
– Art. 179º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>restituição do IVA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 635	Decreto-Lei nº 21/2013, de 15 de fevereiro – Regime da utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades declarativas nas áreas aduaneiras, IEC e ISV, bem como para a comunicação dos atos praticados pela AT [7] 742
– Art. 182º – Prorrogação do regime da contribuição sobre o setor bancário – Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12, que aprova o Regime [4.8.1] 497	Portaria nº 161/2013, de 23 de abril – Regulamenta o modo de cumprimento das obrigações de comunicação dos elementos dos documentos de transporte – Nota ao art. 5º do Regime anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 678
– Art. 183º – Alteração da política contabilística relativa a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego	Decreto-Lei nº 71/2013, de 30 de maio – Regime de IVA de caixa [7] 743
Nota ao art. 43º do CIRC [2.2] 254	Lei nº 44/2013, de 3 de julho – Arts. 3º e 4º – Proibição de alteração das condições do contrato de crédito à habitação e de cobrança de comissões pelo reembolso do PPR – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 02/07 [7] 671
2012	Lei nº 62/2013, de 26 de agosto – Art. 44º – Alçadas
Lei nº 14-A/2012, de 30 de março	– Nota ao art. 105º da LGT [1.2] 61
– Art. 6º – Regra transitória de introdução no consumo de cigarros	– Nota ao art. 6º do ETAF [1.7] 156
Nota art. 105º-A do CIEC [3.3] 386	Lei nº 70/2013, de 30 de agosto – Art. 57º – Disposições fiscais dos regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho (FCT) e do fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT)
Decreto-Lei nº 197/2012, de 24 agosto	– Nota ao art. 20º do CIRC [2.2] 244
– Art. 16º – Disposição final – Nota ao art. 29º do CIVA [3.1] 327	Lei nº 71/2013, de 2 de setembro – Arts. 2º, 3º, 7º, 8º e 8º-A – Regulamenta o exercício profissional das atividades terapêuticas não convencionais, conferindo-lhe o mesmo regime de isenção de IVA aplicável às profissões paramédicas – Nota ao art. 9º nº 1) do CIVA [3.1] 315
– Art. 15º – Caducidade de autorizações – Nota art. 40º CIVA[3.1] 331	Lei Orgânica nº 2/2013, de 2 de setembro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [6.1] 571
Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 agosto – Medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal, forma da sua comunicação à AT [7] 726	Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [6.4] 602
Lei nº 55-A/2012, de 29 de outubro – Art. 6º – Disposições transitórias para prédios urbanos com VPT ≥ €1 000 000 – Nota à verba 28.1 da TGISelo [4.3] 451	Portaria nº 298/2013, de 4 de outubro – Procedimentos a observar pelas entidades que queiram beneficiar dos regimes de donativos ou de consignação da quota do IRS liquidado
Lei nº 63/2012, de 10 de dezembro – Benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da “Bolsa de terras” [7] 730	– Nota ao art. 32º da Lei nº 16/2001, de 22/06 [7] 661
Decreto-Lei nº 263/2012, de 20 de dezembro – Assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação a que fica sujeito o Estado Português [7] 731	Lei nº 83/2013, de 9 de dezembro
Portaria nº 424/2012, de 28 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2013 – Nota ao art. 62º do CIMI[4.1] – Quadro resumo 408	– Art. 9º – Entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 8º do Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo DL nº 193/2005, de 07/11 [7] 688
Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro – Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 728	Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro – Art. 25º-A – Regime fiscal da entidade central de armazenagem nacional na gestão das reservas estratégicas de produtos de petróleo – Nota ao Capítulo VIII do EBF [5.1] 541
Aviso nº 17289/2012, de 28 de dezembro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2013 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	Portaria nº 370/2013, de 27 de dezembro – Valor médio de construção, para o ano de 2014 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro	Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro
– Art. 42º – Redução das ajudas de custo nas deslocações ao e no estrangeiro	– Art. 191º – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 728
Nota art. 2º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 178	– Art. 209º – Disposição transitória no âmbito do EBF
– Art. 198º – Disposição transitória no âmbito do IVA	Nota ao art. 49º do EBF [5.1] 541
Notas aos arts. 78º e 78º-A do CIVA [3.1] 339	– Art. 215º – Disposição transitória no âmbito da LGT
e ao art. 1º do Anexo ao DL nº 147/2003, de 11/07 [7] 675	Nota ao art. 63º-D da LGT [1.2] 51
– Art. 201º – Regime transitório no âmbito do DL nº 147/2003, de 11/07 – Nota ao art. 1º do Anexo a esse DL [7] 675	
– Art. 221º – Disposição transitória no âmbito da LGT	
Nota ao art. 19º da LGT [1.2] 39	
– Art. 225º – Norma transitória no âmbito do RGIT	
Nota ao art. 29º do RGIT [1.4] 119	
– Art. 233º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISElo [4.3] 441	
– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643	
– Art. 247º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Sshuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 529	
– Art. 248º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes	
Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 534	

Página	Página
– Art. 221º – Revogação do DL nº 281/91, de 09/08 (<i>Disposição transitória</i>) Nota ao art. 77º-A do CPPT [1.3] 81	Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro – Arts. 2º, 31º e 32º – Isenções e outros benefícios no arrendamento apoiado para habitação – Nota ao art. 44º do EBF [5.1] 538
– Art. 225º – IPSS e Santa Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 635	Portaria nº 273/2014, de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização de dedução de prejuízos fiscais – Nota ao art. 52º, n.ºs 12 e 13, do CIRC [2.2] 262
– Art. 226º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1] 497	Despacho nº 15 598/2014, de 26 de dezembro – Aprova os formulários modelos 01-DJR e 02-DJR, para efeitos de isenção ou redução de retenção na fonte de IRC e de reembolso de IRC retido na fonte, relativamente a pagamentos de juros e ou <i>royalties</i> efetuados a sociedades associadas de diferentes Estados-membros da UE e da Confederação Suíça – Nota ao art. 98º do CIRC [2.2] 287
– Art. 228º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético [4.9] 500	Portaria nº 275/2014, de 26 de dezembro – Critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e elementos que devem constar do requerimento, a apresentar na AT (<i>Regulamentação prevista no nº 3 do art. 75º-A do CIRC</i>) [7] 756
– Art. 229º – Constituição de garantias – Nota ao art. 7º do CISElo [4.3] 441	Portaria nº 278/2014, de 29 de dezembro – Regime transitório do art. 7º da Portaria nº 426-A/2012, de 28/12, prorrogado para 2015 – Nota ao art. 3º do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 728
– Art. 230º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 529	Portaria nº 279/2014, de 30 de dezembro – Fixa a taxa de juro anual a aplicar ao valor dos suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade – Nota ao art. 23º-A, nº 1 m), do CIRC [2.2] 247
– Art. 231º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 534	Portaria nº 280/2014, de 30 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2015 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
– Art. 232º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 530	Portaria nº 282/2014, de 30 de dezembro – Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades objeto dos projetos de investimento produtivo – Regulamentação do nº 3 do art. 2º do CFI [5.2] 565
– Art. 233º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 530	Decreto Legislativo Regional nº 18/2014/M, de 31 de dezembro – Arts. 55º a 62º – Adaptação orgânica e funcional da legislação fiscal nacional à R. A. da Madeira [6.3.5] 600
– Art. 234º – Fundos e sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional Nota art. 103º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12 [7] 705	Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro – Art. 117º – Suspensão da atualização do indexante de apoios sociais (IAS) – Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187 – Art. 156º – Transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA – Nota art. 121º do CIRS [2.1] 226 – Art. 168º – Contribuição extraordinária sobre indústria farmacêutica [4.10.1] ... 507 – Art. 200º – Norma transitória – Opção pelo regime forfetário dos produtos agrícolas – Nota art. 59º-C do CIVA [3.1] 335 – Art. 216º – Adicional em sede de IUC – Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] .. 473 – Art. 228º – IPSS e Sta. Casa da Misericórdia (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7] 635 – Art. 234º – Disposição transitória no âmbito do DL nº 198/2012, de 24/08 – Nota ao art. 3º-A deste DL [7] 728 – Art. 235º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1] 497 – Art. 237º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 500 – Art. 240º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643 – Art. 242º – Constituição de garantias – Nota art. 7º do CISElo [4.3] 441 – Art. 243º – Regime fiscal dos empréstimos externos (<i>Schuldscheindarlehen</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 529 – Art. 244º – Regime especial de tributação de valores mobiliários representativos de dívida emitida por entidades não residentes Nota ao art. 40º-A do EBF [5.1] 534 – Art. 245º – Operações de reporte com instituições financeiras não residentes – Nota ao art. 32º-C do EBF [5.1] 530 – Art. 246º – Operações de reporte – Nota art. 32º-D do EBF [5.1] 530
– Art. 236º – Norma transitória no âmbito do regime especial aplicável aos FIIAH e SIIAH Nota art. 8º do regime aprovado pela Lei nº 64-A/2008, 31/12 [7] 707	Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro – Reforma da fiscalidade verde, incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida e contribuição sobre os sacos de plástico leves [4.11] 509
– Art. 246º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643	Lei nº 82-E/2014, de 31 de dezembro – Reforma da tributação das pessoas singulares – Alteração e republicação do CIRS [2.1] 170
2014	
Aviso nº 219/2014, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2014 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	
Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro – Reforma da tributação das sociedades – Alteração e republicação do CIRC [2.2] 234	
Decreto-Lei nº 26-A/2014, de 17 de fevereiro Sorteio «Fatura da Sorte» [7] 746	
Despacho nº 2 937/2014, de 21 de fevereiro – Aprova os formulários modelos 25-RFI e 26-RFI destinados a pedidos de reembolso de IRS e IRC sobre rendimentos de valores mobiliários representativos de dívida – Nota ao art. 22º do Regime Especial, DL nº 193/2005, de 7/11 [7] 690	
Decreto Regulamentar Regional nº 9/2014/A, de 27 de junho – Regulamentação dos benefícios fiscais contratuais na Região Autónoma dos Açores [6.2.3] 581	
Portaria nº 149/2014, de 24 de julho – Regulamentação do regime de utilização da transmissão eletrónica de dados para o cumprimento de formalidades nas áreas aduaneiras, dos impostos especiais de consumo e do imposto sobre os veículos – Nota ao art. 6º do DL nº 21/2013, de 15/02 [7] 742	
Lei nº 61/2014, de 26 de agosto – Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos [7] 748	
Decreto-Lei nº 128/2014, de 29 de agosto – Art. 2º, 3º, 4º e 22º – Exploração dos estabelecimentos de alojamento local – Nota ao art. 4º, nº 1, do CIRS [2.1] 180	
Decreto-Lei nº 144/2014, de 30 de setembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) de outubro de 2014 a dezembro de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	
Decreto-Lei nº 153/2014, de 20 de outubro – Arts. 26º e 35º – Faturação prevista nos regimes jurídicos aplicáveis à produção de eletricidade destinada ao autoconsumo e ao da venda à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de unidades de pequena produção – Nota ao art. 36º nº 11 do CIVA [3.1] 330	
Decreto-Lei nº 158/2014, de 24 de outubro – Regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado-membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade [7] 753	
Decreto-Lei nº 162/2014, de 31 de outubro – Código Fiscal do Investimento (CFI) [5.2] 555	
Resolução do Conselho de Ministros nº 73-A/2014, de 16 de dezembro N.ºs 1 a 5 – Normas relativas à iniciativa Portugal Inovação Social – Nota ao art. 19º-A do EBF [5.1] 521	

Página	Página	
Portaria nº 286-A/2014, de 31 de dezembro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2015 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Lei nº 119/2015, de 7 de setembro – Código Cooperativo – Art. 4º, nº 4 – Equiparação das cooperativas de solidariedade social a IPSS – Nota ao art. 1º do DL nº 84/2017, de 21/07 [7] 769	
Portaria nº 286-B/2014, de 31 de dezembro – Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da Lei nº 82-D/2014, de 31/12 [4.11] 511	Portaria nº 297/2015, de 21 de setembro – Procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) – Regulamentação dos Capítulos III e IV, arts. 22º a 34º, do CFI [5.2] 567	
2015		
Portaria nº 2/2015, de 6 de janeiro – Define as características e estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada a AT a comunicação dos inventários – Nota ao art. 3º-A do DL nº 198/2012, de 24/08 [7] 728	Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 2 de outubro Alteração e republicação do ETAF e outros diplomas [1.7] 154	
Aviso nº 130/2015, de 7 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2015 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	Portaria nº 338/2015, de 8 de outubro – Sistema de emissão de faturas, de recibos e de faturas-recibo no portal das finanças – Regulamentação da alínea a) do nº 1 do art. 115º do CIRS, em [7] 759	
Decreto-Lei nº 7/2015, de 13 de janeiro – Arts. 7º e 8º – Regime transitório e reavaliação da reforma da tributação dos organismos de investimento coletivo – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 523	Despacho nº 11 485/2015, de 14 de outubro – Aprova o formulário modelo 27-RFI, destinado a permitir o reembolso total ou parcial de imposto português que tenha sido retido na fonte sobre rendimentos pagos por organismos de investimento coletivo a sócios e participantes não residentes em território português – Nota ao art. 22º-A do EBF [5.1] 525	
Despacho de 23 de janeiro de 2015 – Esclarecimento sobre o Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) – Nota ao art. 37º do CFI [5.2] 563	Decreto Regulamentar nº 19/2015, de 30 de dezembro – Regulamentação das perdas por imparidade para risco específico de crédito (período 2015) – Nota ao art. 28º-C, nº 1 do CIRC [2.2] 250	
Despacho nº 850-A/2015, de 27 de janeiro – Estabelece o mecanismo voluntário de declaração de sacos de plástico leves relativamente aos quais não tenha sido liquidada e paga a contribuição criada pela Lei nº 82-D/2014, de 31/12, e regulamentada pela Portaria nº 286-B/2014, de 31/12, pelos operadores económicos que não sejam sujeitos passivos da contribuição sobre os sacos de plástico leves – Nota ao art. 40º da referida Lei, em [4.11] 512	Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro – Art. 2º – Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10.1] 507 – Art. 3º – Adicional em sede de imposto único de circulação Nota aos arts. 9º e 10º do CIUC [4.5] 473 – Art. 5º – Contribuição sobre o setor bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1] 497 – Art. 6º – Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9] 500 – Art. 7º – Instituições particulares de solidariedade social e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (<i>Restituição do IVA</i>) Nota ao art. 2º do DL nº 20/90, de 13/01 [7]..... 635	
Portaria nº 19/2015, de 4 de fevereiro – Aprova o modelo de pedido de compensação forfetária do IVA pelos produtores agrícolas e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 59º-B, nº 4, do CIVA [3.1] 335	Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	
Portaria nº 94/2015, de 23 de março – Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo – Regulamentação do Capítulo II, arts. 2º a 21º, do CFI [5.2] 566	Portaria nº 419/2015, de 31 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2016 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408	
Portaria nº 98-A/2015, de 31 de março – Sistema de emissão de recibo de renda eletrónico no portal das finanças e obrigações declarativas – Regulamentação do nº 2 do art. 60º do CISElo e alíneas a) e b) do nº 5 do art. 115º do CIRS, em [7].... 757	Portaria nº 420-A/2015, de 31 de dezembro – Aprova os coeficientes de localização mínimos e máximos a aplicar em cada município, o zonamento, os coeficientes de localização correspondentes a cada zona de valor homogêneo, as percentagens correspondentes à área de implantação e os coeficientes majorativos aplicados às moradias unifamiliares – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 407	
Decreto-Lei nº 66/2015, de 29 de abril – Regime jurídico dos jogos e apostas online (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) – Imposto Especial de Jogo Online (IEJO) [4.7.2]..... 492	2016	
Decreto-Lei nº 68/2015, de 29 de abril – Regime jurídico da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) – Imposto Especial de Jogo (IEJ) [4.7.1]..... 491	Aviso nº 87/2016, de 6 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2016 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44	
Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30 de abril – Regula os procedimentos de reembolso do IRC – Nota ao art. 24º-A do DL nº 492/88, de 30/12 [7] 623	Lei nº 7-A/2016, de 30 de março – Art. 72º – Medidas de transparência contributiva (<i>Transmissão de dados entre a AT, a Segurança Social e a CGA</i>) Nota ao art. 121º do CIRS [2.1] 226 – Art. 73º – Suspensão do regime de atualização do IAS Nota art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187 – Art. 136º – Norma transitória Notas a diversos arts. do CIRC [2.2]..... 243/260/261/284/286 – Art. 139º – Entrega de declaração de inscrição no registo por associações de pais – Nota art. 118º do CIRC [2.2] 293 – Art. 158º – Introdução no consumo e comercialização de produtos de tabaco – Nota art. 109º do CIEC [3.3] 387 – Art. 164º – Correção monetária extraordinária do valor patrimonial tributário Nota ao art. 138º do CIMI [4.1] 422 – Art. 174º – Disposição transitória no âmbito da LGT Nota ao art. 49º da LGT [1.2] 45 – Art. 177º – Disposição transitória no âmbito do CPPT Notas aos arts. 199º-A e 269º do CPPT [1.3] 100/110 – Art. 186º – Incentivos à aquisição de empresas em situação económica difícil – Nota ao art. 1º do DL nº 14/98, de 28/01 [7] 643	
Portaria nº 157-B/2015, de 28 de maio – Define os parâmetros e valores para apuramento da taxa de desconto a aplicar na contribuição extraordinária sobre o setor energético, tendo em conta a duração dos contratos, as quantidades contratadas e o preço estimado do gás natural – Nota ao art. 3º, em [4.9] 501		
Portaria nº 172/2015, de 5 de junho – Define o procedimento para apresentação do pedido de autorização prévia de regularizações de IVA e aprova o modelo a utilizar para o efeito e respetivas instruções de preenchimento – Nota ao 78º-B do CIVA [3.1] 340		
Decreto-Lei nº 119/2015, de 29 de junho – Art. 98º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores - Isenções e regalias – Nota ao art. 9º do CIRC [2.2] 241		
Lei nº 64/2015, de 1 de julho – Art. 4º – Limites máximos/Zona Franca da Madeira – Nota ao 36º-A do EBF [5.1] 533		
Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – Art. 51º – Isenções de emolumentos, IMT, ISEL e IMI em resultado de determinadas operações relativas a prédios rústicos – Nota ao art. 6º do CIMT [4.2] 426		

Página	Página
Portaria nº 65/2016, de 1 de abril – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2016 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	– Art. 220º - Norma transitória no âmbito do CIMI Nota ao art. 11º-A do CIMI [4.1] 399
Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril – Art. 76º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota art. 32º-B do EBF [5.1] 529	– Art. 223º - Disposição transitória no âmbito do CIUC Nota ao art. 5º do CIUC [4.5]..... 472
Portaria nº 130/2016, de 10 de maio – Define os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC) – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] 55	– Art. 226º - Norma transitória no âmbito do EBF Notas aos arts. 3º e 41º-A do EBF [5.1]..... 518/535
Lei nº 13/2016, de 23 de maio – Arts. 4º e 5º - Concretizaõada venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente na sequência de penhora ou execução de hipoteca – Nota ao art. 244º do CPPT [1.3] 106	– Art. 231º - Disposição transitória no âmbito do CPPT Nota ao art. 183º-B do CPPT [1.3] 96
Decreto Legislativo Regional nº 24/2016/M, de 28 de junho – Código Fiscal do Investimento na R.A. da Madeira (CFI-RAM) [6.3.4] 591	– Art. 235º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10.1]..... 507
Decreto-Lei nº 38/2016, de 15 de julho – Art. 3º – Norma transitória dos pagamentos por conta do CIRC – Nota ao art. 70º do EBF [5.1] 552	– Art. 236º - Adicional ao IUC – Nota aos arts. 9º e 10º CIUC [4.5]..... 473
Decreto-Lei nº 41/2016, de 1 de agosto – Art. 13º n.ºs 1 e 2 – Norma transitória – Notas aos arts. 59º-B do CIVA [3.1] e 15º do CISElo [4.3] 335/443	– Art. 237º - Adicional às taxas do ISP – Nota art. 92º do CIEC [3.3] 380
– Art. 15º n.ºs 3 e 4 – Produção de efeitos em relação ao IUC de veículo de pessoa com deficiência – Nota ao art. 5º do CIUC [4.5] 472	– Art. 238º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1]..... 497
Decreto-Lei nº 47/2016, de 22 de agosto – Art. 3º – Norma transitória do regime aplicável aos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial – Nota ao art. 50º-A do CIRC [2.2] 259	– Artigo 239º - IPSS e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (restituição do IVA) – Nota ao art. 2º do Decreto-Lei 20/90, de 13/01 [7]..... 635
Portaria nº 259/2016, de 4 de outubro – Regulamenta os procedimentos do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAIID) – Nota ao art. 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7] 751	– Art. 244º - Disposição transitória no âmbito do CFI Nota ao art. 23º do CFI [5.2]..... 561
Decreto Legislativo Regional nº 21/2016/A, de 17 de outubro – Derrama regional na R. A. dos Açores [6.2.2] 579	– Artº 264º - Contribuição extraordinária sobre o sector energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9]..... 500
Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro – Regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento [7]..... 760	– Art. 266º - Unidade de conta processual (UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, diploma que aprova o CPPT [1.3] – Quadro resumo 67
Decreto-Lei nº 67/2016, de 3 de novembro – Programa especial de redução do endividamento ao Estado (PERES) [7] 762	Decreto-Lei nº 86-B/2016, de 29 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187
Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro – Limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito (período de 2016) – Nota ao art. 28º-C nº 1 do CIRC [2.2] 250	Portaria nº 345-B/2016, de 30 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2017 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo..... 408
Portaria nº 293-A/2016, de 18 de novembro – Estabelece as condições e procedimentos para aplicação do REAIID – Nota aos arts. 10º nº 2 e 14º da Lei nº 61/2014, de 26/08 [7]..... 752	2017
Portaria nº 302/2016, de 2 de dezembro – Estrutura de dados do ficheiro modelo de auditoria tributária SAF-T(PT) – Nota à Portaria nº 321-A/2007, de 26/03 [7] .. 700	Portaria nº 4/2017, de 3 de janeiro – Indexante de apoios sociais (IAS) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187
Portaria nº 316/2016, de 14 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2016 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 256	Aviso nº 139/2017, de 4 de janeiro (DR, 2.ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2017 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44
Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro – Art. 20º nº 1 – Atualização do subsídio de refeição Nota ao art. 2º nº 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo..... 178	Portaria nº 11/2017, de 9 de janeiro – Aprova a lista de prédios para efeitos de avaliação de IMI – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] 408
– Art. 94º – Medidas de transparência contributiva (transmissão de dados entre a AT, a segurança social e a CGA) Nota ao art. 121º do CIRS [2.1] 226	Portaria nº 22/2017, de 12 de janeiro – Fixa os procedimentos para as pessoas coletivas de utilidade pública que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural que queiram beneficiar de consignação da quota de 0,5% do IRS liquidado – Nota ao art. 152º do CIRS [2.1] 229
– Art. 197º nº 2 – Medidas transitórias no âmbito PEC Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 289	Lei nº 3/2017, de 16 de janeiro – Regime transitório de opção pela tributação conjunta, em sede de IRS, em declarações relativas a 2015 entregues fora dos prazos legalmente previstos – Nota ao art. 59º do CIRS [2.1] 202
– Art. 198º - Norma transitória no âmbito do CIRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2]..... 273	Decreto-Lei nº 19/2017, de 14 de fevereiro – Sistema eletrónico de comunicação dos dados dos viajantes e das respetivas aquisições que pretendam beneficiar da isenção de IVA nas compras realizadas em Portugal (<i>Taxfree – Residentes fora da UE que transportem os bens na sua bagagem pessoal para fora da UE</i>) [7] 764
– Art. 205º - Disposição transitória no âmbito do CIVA Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] 324	Decreto-Lei nº 22/2017, de 22 de fevereiro – Arts. 2º e 3º – Incentivo com natureza de auxílios de Estado à produção cinematográfica – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1] 545
– Art. 213º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] 377	Decreto Regulamentar Regional nº 2/2017/M, de 23 de fevereiro – Regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo de valor igual ou superior a 500 000 euros, na R. A. da Madeira – Nota aos arts. 2º do D. Leg. Regional nº 24/2016/M, de 28/06 [6.3.4] 592
– Art. 214º -Desconto no preço da gasolina consumida na pequena pesca artesanal e costeira – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]..... 382	Portaria nº 92-A/2017, de 2 de março – Define os parâmetros e valores para o apuramento do valor do excedente do valor económico equivalente dos contratos de aprovisionamento de longo prazo em regime de <i>«take-or-pay»</i> – Nota ao art. 3º [4.9] 502
– Art. 215º - Disposições transitórias Notas aos arts. 87º-A e 93º do CIEC [3.3]..... 376/382	Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março – Art. 87º – Procedimento aplicável aos empréstimos externos – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1] 529
	Portaria nº 98/2017, de 7 de março – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2017 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187

Página	Página
Lei nº 10-A/2017, de 29 março – Reduz o pagamento especial por conta (períodos de 2017 e 2018) e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável – Nota ao art. 106º do CIRC [2.2] 290	Portaria nº 368/2017, de 11 de dezembro – Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares – Nota ao art. 78º-D do CIRS [2.1] 213
Decreto Legislativo Regional nº 3/2017/A, de 13 de abril – Arts. 33º e 34º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 578/579	Portaria nº 379/2017, de 19 de dezembro – Valor médio de construção para o ano de 2018 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo 408
Portaria nº 185/2017, de 1 de junho – Regula o decreto-lei relativo ao <i>Taxfree</i> – Simplificação dos procedimentos de reembolso de IVA aos viajantes – Nota ao art. 7º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] 765	Decreto-Lei nº 156/2017, de 28 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo .. 187
Lei nº 42/2017, de 14 de junho – Art. 7º, n.º 2 – Benefícios ou isenções fiscais para imóveis de interesse histórico e cultural ou social local a conceder pelos municípios – Nota ao art. 16º da Lei nº 73/2013, de 03/09 [6.4] 604	Decreto Regulamentar nº 11/2017, de 28 de dezembro – Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2017) – Nota ao art. 28ºC, n.º 1, do CIRC [2.2] 250
Portaria nº 201-B/2017, de 30 de junho - Procedimentos para a compensação de créditos entre contribuintes e Estado - Nota ao art. 90º-A do CPPT [1.3] 83	Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro
Portaria nº 208/2017, de 13 de julho – Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior (<i>Regulamentação prevista no nº 4 do art. 41º-B do EBF</i>) [7] 767	– Art. 21º – Subsídio de refeição Nota ao art. 2º n.º 3 b) 2) do CIRS [2.1] – Quadro resumo 178
Portaria nº 215/2017, de 20 de julho – Regulamenta a forma e prazo de exercício da opção para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica – Nota ao art. 27º do CIVA [3.1] 324	– Art. 158º - Mais-valias resultantes de indemnizações por danos causados por incêndios florestais Nota aos arts. 31º do CIRS [2.1] e 86º-B do CIRC [2.2] 195/280
Decreto-Lei nº 84/2017, de 21 de julho - Restituição de IVA às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, às instituições particulares de solidariedade social, às entidades sem fins lucrativos do sistema nacional de ciência e tecnologia e ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [7] 768	– Art. 178º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) – Nota ao art. 5º do DL n.º 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo 67
Decreto-Lei nº 93/2017, de 1 de agosto – Arts. 16º, 17º, 18º e 21º – Regulamentação, prevalência, direito subsidiário e entrada em vigor do serviço público de notificações eletrónicas associado à morada única digital – Nota ao art. 19º da LGT [1.2] 39	– Art. 219º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota art. 93º n.º 3 c) do CIEC [3.3] 382
Portaria nº 256/2017, de 14 de agosto – Regulamenta a publicação pela AT da informação relativa às transferências e envios de fundos, a que se refere o nº 3 do art. 63º-A da LGT, e a que deve ser incluída no relatório sobre a evolução do combate à fraude e à evasão fiscais, de acordo com o art. 64º-B da LGT – Nota ao art. 63º-A da LGT [1.2] 49	– Art. 220º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º n.º 3 b) do CIEC [3.3] 382
Lei nº 85/2017, de 18 de agosto – Art. 4º - Norma repristinatória, para prorrogação do art. 62º-A do EBF relativo ao mecenato científico – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 518	– Art. 223º - Interconexão de dados entre a AT e a Direção-Geral das Atividades Económicas Nota ao art. 44º do EBF [5.1] 538
Lei nº 98/2017, de 24 de agosto – Arts. 13º e 14º - Fontes auxiliares de interpretação e disposição transitória, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e à declaração financeira e fiscal por país do grupo de empresas multinacionais – Nota ao art. 121º-A do CIRC [2.2] 295	– Art. 228º n.º 2 - Evolução do regime simplificado Nota ao art. 31º do CIRS [2.1] 195
Despacho nº 7689/2017, de 1 de setembro (DR, 2.ª Série) – Determina à AT o levantamento das informações vinculativas não publicadas agilizando a sua futura publicação, a publicação de ora em diante de todas as informações vinculativas prestadas e a publicação anual das regras de liquidação do IRS – Nota ao art. 68º da LGT [1.2] 54	– Art. 234º - Norma transitória no âmbito do CIRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2] 273
Portaria nº 293/2017, de 2 de outubro – Selo de validação AT (SVAT) e regras da sua atribuição aos programas de contabilidade, relativamente à produção do ficheiro de auditoria SAF-T (PT) (<i>Regulamentação do nº 8 do art. 123º do CIRC</i>) [7] 770	– Art. 250º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3] 377
Portaria nº 326/2017, de 30 de outubro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2017 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 256	– Art. 251º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos Notas aos arts. 92º e 92º-A do CIEC [3.3] 380/381
Decreto-Lei nº 141/2017, de 14 de novembro – Medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15/10/2017 [7] 771	– Art. 265º - Norma transitória no âmbito do EBF Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 518
Despacho nº 10363-A/2017, de 28 de novembro - Aprova a lista dos concelhos a que se aplica um conjunto de medidas destinadas a apoiar as vítimas dos incêndios de 15/10/2017 – Nota ao art. 1º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] 772	– Artigo 266º - Outras disposições no âmbito do EBF n.º 1 – Nota ao art. 3º do EBF [5.1] 518 n.º 2 – Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1] 550

2018

Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro – Arts. 32º e 33º – Deduções à coleta e benefícios fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1] 578/579
Aviso nº 235/2018, de 4 de janeiro (DR, 2ª série) – Taxa de juros de mora – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo 44
Despacho nº 382/2018, de 9 de janeiro – Prorroga o prazo da suspensão das execuções fiscais nas áreas ardidas – Nota ao art. 3º do DL n.º 141/2017, de 14/11 [7] 772
Portaria nº 12/2018, de 10 de janeiro – Prorroga o prazo durante o qual é possível a opção pelo procedimento previsto no DL n.º 295/87, de 31/07 (<i>Taxfree</i>) – Nota ao art. 9º do DL n.º 19/2017, de 14/02 [7] 767

	Página		Página
Portaria nº 21/2018, de 18 de janeiro – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187	Decreto-Lei nº 117/2018, de 27 de dezembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo ..	187
Portaria nº 23/2018, de 18 de janeiro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2018 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187	Decreto Regulamentar nº 13/2018, de 28 de dezembro - Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em IRC (período de 2018) – Nota ao art. 28ºC, nº 1, do CIRC [2.2]	250
Portaria nº 51/2018, de 16 de fevereiro – Altera o conjunto de documentos que integram o <i>dossier</i> fiscal a que se refere o art. 1º da Portaria nº 92-A/2011, de 28/02, e aprova os modelos do mapa a que se refere o art. 12º, nº 1 a), do DL nº 66/2016, de 03/11 – Nota ao art. 130º do CIRC [2.2]	298	Decreto-Lei nº 123/2018, de 28 de dezembro - Modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos [7]	780
Lei nº 8/2018, de 2 de março – Cria o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) – Arts. 27º, 33º, 34º e 35º – Efeitos fiscais, responsabilidade dos administradores judiciais, benefícios emolumentares e disposições transitórias – Nota ao Título XIII do CIRE, DL nº 53/2004, de 18/03 [7]	684	Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro – Art. 182º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC) Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26/10, CPPT [1.3] – Quadro resumo	67
Despacho nº 132/2018-XXI, de 9 de abril - Prazo de entrega da declaração mod. 22 do IRC de 2017 e 2018 - Nota ao art. 120º do CIRC [2.2]	294	– Art. 250º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	382
Lei Orgânica nº 1/2018, de 19 de abril - Art. 7º - Norma transitória (<i>Alteração à Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais</i>) – Nota (1) ao título da Lei nº 19/2003, de 20/06 [7]	673	– Art. 251º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura – Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	382
Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio - Art. 101º - Procedimento aplicável aos empréstimos externos (<i>Contratos de empréstimo “Schuldscheindarlehen” celebrados pelo IGCP</i>) – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1]	529	– Art. 259º - Disposição transitória em sede de IRS, regime fiscal aplicável a ex-residentes – Nota ao art. 12º-A do CIRS [2.1]	186
Despacho nº 4943/2018, de 18 de maio (DR, 2ª série) – Aprova a percentagem dos rendimentos brutos da categoria A auferidos pelo desempenho no estrangeiro de funções ou comissões de caráter público ao serviço do Estado Português não sujeita a IRS para cada país – Nota ao art. 2º-A do CIRS [2.1]	179	– Art. 260º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa a 2018 Nota ao art. 78º do CIRS [2.1]	211
Decreto-Lei nº 45/2018, de 19 de junho - Art. 16º - Regime transitório aplicável ao incentivo à produção cinematográfica e audiovisual – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1]	544	– Art. 261º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2018 Nota ao art. 31º do CIRS [2.1]	195
Portaria nº 195/2018, de 5 de julho - Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do incentivo fiscal à aquisição de participações sociais pelos trabalhadores – Nota ao art. 43º-C do EBF [5.1]	537	– Art. 264º - Disposição transitória em sede de IRC Nota ao art. 70º do CIRC [2.2]	272
Lei nº 39/2018, de 8 de agosto - Art. 3º - Disposição transitória, prazo mínimo de antecedência para disponibilização no Portal das Finanças de formulários digitais de IRS e IRC – Nota ao art. 59º da LGT [1.2]	47	– Art. 268º - Outras disposições em matéria de IRC Nota ao art. 106º do CIRC [2.2]	290
Lei nº 43/2018, de 9 de agosto - Art. 2º - Prorrogação no âmbito do EBF – Nota ao art. 3º do EBF [5.1]	518	– Art. 282º - Consignação da receita ao setor da saúde Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3]	377
Lei nº 51/2018, de 16 de agosto – Art. 8º - Norma transitória relativa à participação dos municípios no IVA – Nota ao art. 26º-A da Lei nº 73/2013 de 03/09 [6.4]	606	– Art. 283º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos utilizados na produção de eletricidade, eletricidade e calor ou gás de cidade – Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	380
– Art. 9º - Norma transitória referente à isenção de IMI dos prédios do património imobiliário público – Nota ao art. 11º do CIMI [4.1]	399	– Art. 285º - Disposições transitórias em matéria de ISV Nota ao art. 7º do CISV [4.4]	456
Portaria nº 490/2018, de 28 de setembro – Art. 7º - Regime transitório (<i>Produção de efeitos da revogação do incentivo fiscal à produção cinematográfica e audiovisual</i>) – Nota ao art. 59º-F do EBF [5.1]	544	– Art. 288º - Valor patrimonial tributário de prédios urbanos afetos a atividade pecuária, agrícola ou de aquicultura Nota ao art. 38º do CIMI [4.1]	403
Decreto-Lei nº 81/2018, de 15 de outubro - Criação de equipas de magistrados para recuperação de pendências na jurisdição administrativa e tributária e outras medidas acessórias de caráter extraordinário (<i>Desistência do pedido com isenção de custas, revisão oficiosa pela AT, “migração” de processos para a arbitragem tributária</i>) [7]	773	– Art. 290º - Disposições transitórias em matéria de IUC Nota ao art. 10º do CIUC [4.5]	473
Decreto-Lei nº 87/2018, de 31 de outubro - Art. 3º - Entrada em vigor e produção de efeitos (<i>Entrega da IES/DA</i>) – Nota ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7]	692	– Art. 294º nº 1 – Outras disposições no âmbito do EBF Nota ao art. 62º-B do EBF [5.1]	550
Decreto-Lei nº 92/2018, de 13 de novembro - Regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e registo de navios e embarcações simplificado [7]	775	– Art. 295º nº 2 - Norma transitória, informação do Banco de Portugal para a AT – Nota (6) ao art. 63º-A da LGT [1.2]	49
Portaria nº 317/2018, de 11 de dezembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2018 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2]	256	– Art. 299º - Norma revogatória no âmbito do RGIT Nota ao art. 117º do RGIT [1.4]	131
Portaria nº 330-A/2018, de 20 de dezembro – Valor médio de construção para 2019 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo.....	408	– Art. 303º - Regimes excecionais de regularização tributária (RERT) Nota (7) ao art. 63º-A da LGT [1.2]	49
		– Art. 308º - Adicional em sede de IUC Nota ao art. 10º do CIUC [4.5]	473
		– Art. 309º - Adicional às taxas do ISP Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	380
		– Artº 311º - Contribuição sobre o sector bancário Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1]	497
		– Art. 312º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10.1]	507
		– Art. 313º - Contribuição extraordinária sobre o setor energético Nota ao art. 228º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12 [4.9]	500
		– Art. 315º - Outras disposições de caráter fiscal no âmbito do imposto sobre o rendimento – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1]	529
		2019	
		Aviso nº 212/2019, de 4 de janeiro (DR, 2ª série) – Taxa de juro de mora para o ano de 2019 – Nota ao art. 44º da LGT [1.2] – Quadro resumo	44
		Decreto Legislativo Regional nº 1/2019/A, de 7 de janeiro – Arts. 34º e 35º - Deduções à coleta e benefícios Fiscais – Nota aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	578
		Lei nº 3/2019, de 9 de janeiro - Arts. 3º, 4º e 5º - Programas de construção para renda acessível, regulamentação, entrada em vigor, aplicação no tempo e produção de efeitos – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	206

Página	Página
Portaria nº 24/2019, de 17 de janeiro – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Despacho nº 271/2019-XXI, de 5 de julho – Prorrogação do prazo de entrega da IES/DA e SAF-T – Nota ao art. 15º da Portaria n.º 31/2019, de 24/01, junto ao art. 2º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] 694
Portaria nº 25/2019, de 17 de janeiro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2019 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187	Portaria nº 230/2019, de 23 de julho – Arts. 4º e 5º – Entrada em vigor, produção de efeitos e disposição transitória das alterações à tabela de atividades de elevado valor acrescentado para efeitos do regime fiscal do residente não habitual – Nota ao artigo único e tabela da Portaria nº 12/2010, de 07/01, junto ao art. 72º do CIRS [2.1] 208
Portaria nº 31/2019, de 24 de janeiro – Aprova os termos a que deve obedecer o envio da informação empresarial simplificada / declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) – Nota (4) ao Art. 2º do DL n.º 8/2007, de 17/01 [7] 693	Portaria nº 233/2019, de 25 de julho – Regulamenta o regime das “Notificações e Citações Eletrónicas – Portal das Finanças” (NCEPF) – Nota ao art. 38º-A do CPPT [1.3] 74
Decreto-Lei nº 19/2019, de 28 de janeiro – Art. 11º-A – Regime fiscal das sociedades de investimento e gestão imobiliária (SIGI) – Nota ao art. 22º do EBF [5.1] 524	Lei nº 68/2019, de 27 de agosto – Art. 111º n.º 1 j) – Dedução específica da cat. A do IRS de magistrados do Ministério Público (Procuradores) relativa a quantias despendidas com a valorização profissional e traje profissional – Nota ao art. 25º do CIRS [2.1] 193
Despacho nº 977/2019, da Diretora-Geral da AT, publicado em 28/01 (DR, 2ª série) – Define e identifica entidades a acompanhar pela UGC – Nota ao art. 68º-B da LGT [1.2] 56	Lei nº 98/2019, de 4 de setembro – Arts. 3º e 4º – Imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras de períodos anteriores e período de adaptação (2019 e seguintes) – Nota ao art. 28º-C do CIRC [2.2] 249
Lei nº 9/2019, de 1 de fevereiro – Art. 3º – Aplicação no tempo do direito a juros indemnizatórios em caso de pagamento indevido de prestações tributárias fundado em normas inconstitucionais ou ilegais – Nota ao art. 43º da LGT [1.2] 42	Lei nº 114/2019, de 12 de setembro – Alteração e republicação do ETAF [1.7] 154
Decreto Regulamentar nº 1/2019, de 4 de fevereiro – Fixa o universo dos sujeitos passivos de IRS abrangidos pela declaração automática de rendimentos – Nota ao art. 58º-A do CIRS [2.1] 201	Lei nº 118/2019, de 17 de setembro – Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas – Alteração e republicação do CPPT e outros [1.3] 69
Lei nº 17/2019, de 14 de fevereiro – Comunicação obrigatória de informações financeiras - Arts. 7º e 8º – Disposição transitória, entrada em vigor e produção de efeitos – Nota ao art. 119º-B do RGIT [1.4] 132	Lei nº 119/2019, de 18 de setembro – Art. 18º, 19º e 23º – Interconexão de dados entre a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a AT, entre a INCM e a AT e tratamento de dados no âmbito da atribuição de passes sociais de carácter familiar Nota ao art. 64º da LGT [1.2] 52 – Art. 24º – Norma transitória nº 1 – Nota ao art. 51º do CISelo [4.3] 447 nº 2 – Nota ao art. 74º do CIRS [2.1] 209
Decreto-Lei nº 28/2019, de 15 de fevereiro – Regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA [7] 782	Lei nº 120/2019, de 19 de setembro – Estabelece mecanismos para a resolução de litígios que envolvam as autoridades competentes de Portugal e de outros Estados-Membros da UE em resultado da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar a dupla tributação de rendimentos (<i>Transposição da Diretiva (UE) n.º 2017/1852 para a ordem jurídica interna</i>) [7] 793
Despacho nº 85/2019-XXI, de 1 de março – Clarificação de obrigações e prorrogação de prazos – Nota ao art. 43º do DL n.º 28/2019, de 15/02 [7] 789	Portaria nº 362/2019, de 9 de outubro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2019 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 256
Lei nº 24/2019, de 13 de março – Art. 3º – Norma transitória relativa ao exercício das funções de árbitro em matéria tributária que exige a renúncia à condição de magistrado judicial jubilado – Nota ao art. 7º do RJAT [1.6] 148	Portaria nº 388/2019, de 28 de outubro – Regulamenta os termos da ligação funcional entre a GNR e o Ministério das Finanças, com vista ao exercício da missão tributária que lhe está cometida (de forma abrangente) – Nota ao art. 13º do Regime aprovado pelo DL n.º 147/ 2003, de 11/07 [7] 680
Portaria nº 110/2019, de 12 de abril – Regulamenta os termos e as condições previstas nos n.ºs 2 a 5 do art. 72º do CIRS de que depende o direito à redução da taxa especial aplicável a rendimentos prediais – Nota ao art. 72º do CIRS [2.1] 207	Decreto-Lei nº 167/2019, de 21 de novembro – Retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para o ano de 2020 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo 187
Despacho Normativo nº 12/2019, de 18 abril – Art. 3º – Disposição transitória relativa à suspensão do prazo de reembolso de IRC e IVA – Nota ao art. 4º n.º 1 c) do Despacho Normativo nº 7-A/2015, de 30/04, junto ao art. 24º-A do DL n.º 492/88 [7] 623 – Nota ao art. 5º do Despacho Normativo nº 18-A/2010 [7] 726	Despacho nº 75/2019-XXII, de 17 de dezembro – Prorrogação do regime transitório WLTP, em ISV e IUC - Nota ao art. 10º do CIUC [4.5] 473
Lei nº 32/2019, de 3 de maio – Art. 5º – Disposição transitória no âmbito das alterações ao CIRC que reforçam o combate às práticas de elisão fiscal – Nota ao art. 83º do CIRC [2.2] 278	Taxas de derrama por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] 604
Decreto-Lei nº 60/2019, de 13 de maio – Art. 3º – Entrada em vigor e produção de efeitos da aplicação da taxa reduzida do IVA à componente fixa de determinados fornecimentos de eletricidade e gás natural – Nota à verba 2.33 da Lista 1 anexa ao CIVA [3.1] 345	Participação variável no IRS por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] 607
Portaria nº 144/2019, de 15 de maio – Regulamenta os termos e condições para o exercício da opção pelos sujeitos passivos que pretendam ficar dispensados da impressão das faturas em papel ou da sua transmissão por via eletrónica – Nota ao art. 8º do DL n.º 28/2019, de 15/02 [7] 784	Taxas de IMI para prédios urbanos por município – Junto à Lei nº 73/2013, de 03/09 – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais [6.4] 609
Decreto-Lei nº 68/2019, de 22 de maio – Programa de Arrendamento Acessível – Regime fiscal de isenção em IRS e IRC aplicável a rendimentos prediais [7] 790	
Lei nº 38/2019, de 4 de junho – Regime fiscal aplicável às competições UEFA Nations League Finals 2019 e UEFA Super Cup Final 2020 [7] 792	
Despacho nº 254/2019-XXI, de 27 de junho – Prorrogação de prazos e determinação à AT no sentido da disponibilização gratuita de aplicação de faturação – Nota ao art. 43º do DL n.º 28/2019, de 15/02 [7] 789	

	Página		Página
Decreto Legislativo Regional nº 1/2020/A, de 8 de janeiro		– Art. 332º - Medidas transitórias sobre despesas e encargos relacionados com a atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2019	
– Arts. 38º e 39º – Deduções à coleta e benefícios fiscais		Nota ao art. 31º do CIRS [2.1]	195
Notas aos arts. 6º e 9º do D. Leg. Regional nº 2/99/A, de 20/01 [6.2.1]	578	– Art. 337º n.º 2 - Norma transitória - Nota ao art. 53º do CIVA [3.1]	334
Portaria nº 3/2020, de 13 de janeiro – Valor médio de construção para o ano de 2020 – Nota ao art. 62º do CIMI [4.1] – Quadro resumo	408	– Art. 347º - Consignação da receita ao setor da saúde	
Despacho nº 785/2020, de 21 de janeiro (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no Continente para o ano de 2020 [7]	800	Nota ao art. 87º-A do CIEC [3.3]	377
Despacho nº 44/2020, de 29 de janeiro (JORAM, II Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. da Madeira para o ano de 2020 [7]	800	– Art. 348º - Introdução no consumo e comercialização de produtos do tabaco	
Portaria nº 27/2020, de 31 de janeiro – Indexante dos apoios sociais (IAS) para o ano 2020 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187	Nota ao art. 109º do CIEC [3.3]	387
Portaria nº 28/2020, de 31 de janeiro – Pensão mínima do regime geral (PMRG) para o ano de 2020 – Nota ao art. 13º do CIRS [2.1] – Quadro resumo	187	– Art. 349º - Disposição transitória em matéria de produtos petrolíferos e energéticos utilizados na produção de eletricidade, eletricidade e calor ou gás de cidade - Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	380
Despacho nº 2083/2020, de 13 de fevereiro (DR, 2.ª Série) – Aprova as tabelas de retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes na R.A. dos Açores para o ano de 2020 [7]	800	– Art. 350º - Reavaliação das isenções aos produtos petrolíferos e energéticos	
Despacho nº 104/2020-XXII, de 9 de março – Coronavírus - COVID-19: dilação dos prazos de cumprimento voluntário de obrigações fiscais – Nota ao art. 120º do CIRC [2.2]	293	Nota ao art. 89º do CIEC [3.3]	379
Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13 de março - Medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19 [7]	807	– Art. 356º - Prorrogação no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais	
Lei nº 1-A/2020, de 19 de março - Medidas excecionais e temporárias de resposta à COVID-19 (<i>Artigos relacionados com o sistema fiscal</i>) [7]	809	Nota ao art. 3º do EBF [5.1]	518
Despacho nº 121/2020-XXII, de 24 de março - Nova declaração mensal de Imposto do Selo (DMIS) – Nota ao art. 52º-A do CISelo [4.3]	447	– Art. 357º - Outras disposições fiscais no âmbito do Estatuto dos Benefícios Fiscais – Notas aos arts. 62º e 62º-B do EBF [5.1]	549
Despacho nº 122/2020-XXII, de 24 de março – Extensão temporária de isenção de IVA no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 15º, n.º 10 a), do CIVA [3.1]	318	– Art. 360º - Norma transitória no âmbito do CFI	
Decreto-Lei nº 10-F/2020, de 26 de março - Regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações no âmbito da COVID-19 (<i>Pagamento em prestações: IVA, retenções na fonte de IRS e IRC e Contribuições Sociais</i>) [7]	810	Nota ao art. 29º do CFI [5.2]	562
Despacho nº 129/2020-XXII, de 27 de março - Declarações periódicas do IVA, justo impedimento no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 41º do CIVA [3.1]	331	– Art. 370º - Adicional em sede de IUC	
Lei nº 2/2020, de 31 de março		Nota ao art. 10º do CIUC [4.5]	473
– Art. 142º - Medidas de transparência contributiva		– Art. 371º - Adicional às taxas do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos - Nota ao art. 92º do CIEC [3.3]	380
Notas ao art. 64º da LGT [1.2] e ao art. 121º do CIRS [2.1]	52/225	– Art. 373º - Contribuição sobre o setor bancário	
– Art. 149º - Consulta direta em processo executivo		Nota ao art. 141º da Lei nº 55-A/2010, de 31/12 [4.8.1]	497
Nota ao art. 64º da LGT [1.2]	52	– Art. 374º - Contribuição sobre a indústria farmacêutica	
– Art. 210º - Valor das custas processuais (Unidade de conta processual - UC)		Nota ao art. 168º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 [4.10.1]	507
Nota ao art. 5º do DL nº 433/99, de 26 de outubro, CPPT [1.3]		– Art. 375º - Regime da contribuição extraordinária dos fornecedores do SNS de dispositivos médicos [4.10.2]	508
Quadro resumo	67	– Art. 376º - Contribuição extraordinária sobre o setor energético	
– Art. 303º - Majoração dos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado - Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	382	Nota ao art. 228º da Lei nº 83º-C/2013, de 31/12 [4.9]	500
– Art. 306º - Subsídio à pequena pesca artesanal e costeira e à pequena aquicultura - Nota ao art. 93º do CIEC [3.3]	381	– Art. 378º n.º 3 - Reavaliação do regime fiscal dos jogos e apostas <i>online</i>	
– Art. 323º - Interconexão de dados		Nota ao Capítulo VI do DL nº 66/2015, de 29/04 (IEJO) [4.7.2]	494
Nota ao art. 64º da LGT [1.2]	52	– Art. 383º - Outras disposições de caráter fiscal no âmbito do imposto sobre o rendimento – Nota ao art. 32º-B do EBF [5.1]	529
– Art. 325º-D - Resgate de planos de poupança sem penalização, no âmbito da Covid-19 – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	670	– Art. 384º - Jornada Mundial da Juventude - Nota ao art. 62º do EBF [5.1]	549
– Art. 329º n.º 1 – Disposição transitória		Despacho nº 137/2020-XXII, de 3 de abril - Enquadramento de benefícios fiscais relativos ao mecenato e da exclusão de tributação em Imposto do Selo, no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 62º do EBF [5.1]	549
Nota ao art. 2º-B do CIRS [2.1]	179	Portaria nº 85-A/2020, de 3 de abril – Art. 12º - Diferimento de obrigações fiscais e contributivas – Nota ao art. 1º do DL nº 10-F/2020, de 26/03 [7]	811
– Art. 329º n.ºs 2 a 5 - Disposições transitórias relativas às alterações do regime fiscal dos residentes não habituais		Despacho nº 141/2020-XXII, de 6 de abril - Prorrogação de prazos de entrega de declaração periódica do IVA e imposto – Nota ao art. 41º do CIVA [3.1]	331
Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	208	Lei nº 4-A/2020, de 6 de abril:	
– Art. 330º - Norma interpretativa em sede de IRS		– Arts. 5º e 6º, n.º 2 - Produção de efeitos e norma interpretativa	
Nota ao art. 72º do CIRS [2.1]	207	Notas aos arts. 7º e 10º da Lei nº 1-A/2020, de 19/03 [7]	810
– Art. 331º - Medidas transitórias sobre deduções à coleta a aplicar à declaração de rendimentos de IRS relativa ao ano de 2019		Lei nº 7/2020, de 10 de abril – Art. 7º - Resgate de Plano de Poupança Reforma, no âmbito dos regimes excecionais e temporários de resposta à pandemia de Covid-19 – Nota ao art. 4º do DL nº 158/2002, de 2/07 [7]	670
Nota ao art. 78º do CIRS [2.1]	211	Lei nº 10/2020, de 18 de abril - Art. 2º - Regime excecional quanto às formalidades da citação e da notificação postal, no âmbito da COVID-19 - Nota ao art. 39º do CPPT [1.3]	76
Despacho nº 153/2020-XXII, de 24 de abril - Cumprimento de obrigações fiscais no âmbito da COVID 19		Despacho nº 153/2020-XXII, de 24 de abril - Cumprimento de obrigações fiscais no âmbito da COVID 19	
N.ºs 3 e 4 do Despacho - Nota ao art. 41º do CIVA [3.1]	331	N.ºs 3 e 4 do Despacho - Nota ao art. 41º do CIVA [3.1]	331
N.º 6 do Despacho - Nota ao art. 52º-A do CISelo [4.3]	447	N.º 6 do Despacho - Nota ao art. 52º-A do CISelo [4.3]	447
Lei nº 13/2020, de 7 de maio - Isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à COVID-19 e taxa reduzida de IVA na aquisição de máscaras de proteção respiratória e gel desinfetante cutâneo [7]	813	Lei nº 13/2020, de 7 de maio (DR, 2.ª série) - Determina as especificidades do gel desinfetante cutâneo que beneficia temporariamente da taxa reduzida de IVA - Nota ao art. 3º da Lei nº 13/2020, de 7/05 [7]	814
Despacho nº 5335-A/2020, de 7 de maio (DR, 2.ª série) - Determina as especificidades do gel desinfetante cutâneo que beneficia temporariamente da taxa reduzida de IVA - Nota ao art. 3º da Lei nº 13/2020, de 7/05 [7]	814	Despacho nº 5638-A/2020, de 20 de maio (DR, 2.ª série) - Aprova as listas das entidades que beneficiam da isenção de IVA na aquisição de bens necessários para o combate à Covid-19 – Nota ao art. 2º da Lei nº 13/2020, de 7/05 [7]	813

Página	Página
Lei nº 16/2020, de 29 de maio - Arts. 5º e 6º - Prazos administrativos, prescrição e caducidade - Nota ao art. 7º da Lei nº 1-A/2020, de 19/03 [7] 810	Lei nº 43/2020, de 18 de agosto - Regime fiscal temporário das entidades organizadoras da competição UEFA <i>Champions League 2019/2020 Finals</i> [7] 827
Despacho nº 229/2020-XXII, de 24 de junho - Prorrogação de prazos de entrega de declaração periódica do IVA e imposto, no âmbito da COVID-19 – Nota ao art. 41º do CIVA [3.1] 331	Lei nº 47/2020, de 24 de agosto - Regimes especiais do IVA aplicáveis aos sujeitos passivos que prestem serviços a pessoas que não sejam sujeitos passivos, efetuem vendas à distância e determinadas transmissões internas de bens [7] 828
Lei nº 24/2020, de 6 de julho – Art. 5º - Entrada em vigor e produção de efeitos das regras destinadas a neutralizar os efeitos de assimetrias – Nota ao art. 68º-A do CIRC [2.2] 270	Lei nº 48/2020, de 24 de agosto - Arts. 4º a 7º - Norma interpretativa, disposição transitória, produção de efeitos e entrada em vigor - Alteração de tributação de rendimentos de pensões de anos anteriores – Nota ao art.74º do CIRS [2.1] 209
Portaria nº 166/2020, de 8 de julho - Regulamenta o procedimento de atribuição de benefício fiscal - Nota aos n.ºs 27 a 30 do art. 71º – Nota ao art. 71º do EBF [5.1] 554	Lei nº 49/2020, de 24 de agosto - Art. 7º - efeitos, entrega/substituição da declaração recapitulativa do IVA – Nota ao art. 30º do RITI [3.2] 360
Despacho nº 258/2020- XXII, de 16 de julho - Adiamento do prazo do primeiro pagamento por conta de IRS em 2020 – Nota ao art.102º do CIRS [2.1] 222	Despacho nº 8320/2020, de 28 de agosto (DR, 2.ª série) - Regulamenta a suspensão temporária do pagamento por conta do IRC – Nota ao art. 5º da Lei nº 29/2020, de 31/07 [7] 824
Despacho nº 259/2020-XXII, de 16 de julho – Prorrogação do prazo de entrega da IES/DA e SAF-T – Nota ao art. 15.º da Portaria n.º 31/2019, de 24/01, junto ao art. 2º do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 694	Despacho nº 8363/2020, de 31 de agosto - (DR, 2.ª série) - Aprova os formulários mod. 21-RFI a mod. 24-RFI para efeitos de aplicação das convenções para evitar a dupla tributação internacional – Nota à tabela prática [7] 837
Lei nº 26/2020, de 21 de julho - Obrigação de comunicação à autoridade tributária e aduaneira de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal [7] 816	Despacho n.º 8844-B/2020, de 14 de setembro (DR, 2.ª série) - Determina que a AT deverá disponibilizar oficiosamente aos contribuintes a faculdade de pagamento em prestações, sem necessidade de prestação de garantia, de dívidas de IRS e de IRC de valor igual ou inferior, respetivamente, a € 5 000 e € 10 000, independentemente da apresentação do pedido - Nota ao art. 34.º-A do DL n.º 492/88, de 30/12 [7] ... 625
Lei nº 27-A/2020, de 24 de julho – Art. 11º - Regime especial de dedução de prejuízos fiscais Nota ao art. 52º do CIRC [2.2] 262 – Art. 12º - Limitação extraordinária de pagamentos por conta em sede de IRS ou IRC de 2020 - Nota ao art.102º do CIRS [2.1] e art. 107º do CIRC [2.2] .. 222/291 – Art. 13º - Devolução antecipada de pagamentos especiais por conta não utilizados - Nota ao art. 93º do CIRC [2.2] 284 – Art. 14º - Incentivo às reestruturações empresariais Nota ao art. 75º do CIRC [2.2] 275 – Art. 15º - Regime especial de transmissão de prejuízos fiscais aplicável aos adquirentes de entidades consideradas empresas em dificuldade [7] 821 – Art. 16º - Crédito fiscal extraordinário ao investimento II (CFEI II) [7] 822 – Art. 17º - Regime excecional de pagamento em prestações para dívidas tributárias e dívidas à segurança social [7] 823 – Art. 18º - Regime do adicional de solidariedade sobre o setor bancário [4.8.2] ... 498 – Art. 19º - Exclusão de entidades ligadas a <i>offshore</i> do acesso a apoios públicos Nota à Portaria nº 150/ 2004, de 13/02 [7] 684 – Art. 21º - Regime do adicional de solidariedade sobre o setor bancário [4.8.2] ... 498	Portaria nº 220/2020, de 21 de setembro – Coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados no ano de 2020 – Nota ao art. 47º do CIRC [2.2] 256
Despacho nº 296/2020-XXII, de 31 de julho – Tolerância na entrega da declaração mod. 22 e respetivo pagamento – Nota ao art. 120º do CIRC [2.2] 294	Decreto-Lei nº 74/2020, de 24 de setembro – Art. 3º – Produção de efeitos das alterações da taxa de IVA aplicável aos fornecimentos de eletricidade em relação a determinados níveis de consumo e potências contratadas em baixa tensão normal – Nota à verba 2.8 da Lista II anexa ao CIVA [3.1] 348
Lei nº 29/2020, de 31 de julho - Medidas fiscais de apoio às PME no quadro da resposta à COVID-19 (<i>Suspensão dos pagamentos por conta do IRC, devolução antecipada de pagamentos especiais por conta do IRC e prazo de reembolso IVA-IRC-IRS</i>) [7] 824	Tabela prática das convenções para evitar a dupla tributação celebradas por Portugal (IRS, IRC e impostos de natureza idêntica ou similar) – Lista de países, diplomas de aprovação, avisos de troca dos instrumentos de ratificação e taxas reduzidas sobre dividendos, juros e <i>royalties</i> (<i>Atualizada até 28/09/2020</i>) 833
Decreto-Lei nº 48/2020 de 3 de agosto - Definição dos procedimentos a adotar no que se refere à submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade – Nota ao art. 10º-A do DL nº 8/2007, de 17/01 [7] 696	<hr/> <i>Obs: Este índice contém a lista dos diplomas que se transcrevem de forma autonomizada. Os que alteram ou aditam artigos sem normas transitórias, de diplomas anteriormente inseridos nesta coletânea, não se acrescentam no índice, ficando a sua menção apenas na nova redação do artigo.</i> <hr/>
Portaria nº 191/2020, de 10 de agosto - Arts. 2º e 3º - Documentação e prazo de entrega da declaração mod. 57 – Nota ao art. 6º do Regime do adicional de solidariedade sobre o setor bancário [4.8.2] 499	
Decreto-Lei nº 53/2020, de 11 de agosto – Arts. 3º e 5º - Criação do Fórum DAC 6 e norma transitória – Nota ao art. 26º da Lei nº 26/2020, de 21/07 [7] 820	
Decreto-Lei nº 54/2020, de 11 de agosto - Restituição do montante equivalente ao IVA relativo a diversas iniciativas (<i>Organizadores de congressos, feiras, exposições, seminários, conferências e similares. Iniciativas solidárias para apoio às vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande.</i>) [7] 825	
Despacho nº 330/2020-XXII, de 13 de agosto - Prorrogação de prazos de entrega de declaração periódica do IVA e imposto, no âmbito da COVID-19 – Nota ao art. 41º do CIVA [3.1] 331	
Portaria nº 195/2020, de 13 de agosto - Regulamenta os requisitos de criação do código de barras bidimensional (código QR) e do código único do documento (ATCUD) – Nota ao nº 3 do art. 7º do DL nº 28/2019, de 15/02 [7] 784	